PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
NÚCLEO PERMANENTE DE GESTÃO CULTURAL
CENTRO DE APOIO TÉCNICO AO PATRIMÔNIO

MARCÍLIO DE CASTRO DUARTE

DIRETRIZ DE TOMBAMENTO DO MOINHO FRATELLI MACIOTTA

(REVISADO PELO AUTOR EM 14 DE JUNHO DE 2025)

Ribeirão Pires
2015

Marcílio de Castro Duarte

DIRETRIZ DE TOMBAMENTO DO MOINHO FRATELLI MACIOTTA

Estudo de admissibilidade de tombamento apresentado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural de Ribeirão Pires e à Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), da Secretaria de Estado da Cultura para submissão aos membros do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) como requisito ao reconhecimento do Moinho de Trigo Fratelli Maciotta como bem patrimonial do Estado de São Paulo.

PREFEEITURA DE RIBEIRÃO PIRES
SECULT/NPGC/CATP

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em um primeiro momento, o presente estudo visa esclarecer as dúvidas apresentadas pela Câmara Municipal de Ribeirão Pires, formalizadas em requerimento[1], acerca do projeto anunciado pelo Executivo Municipal de intervir, por meio de concessão do terreno a investidores privados, sobre o histórico moinho de trigo, visando ali a implantação de um novo empreendimento por ora denominado apenas *shopping center*.

Servirá este levantamento para, além de atender a finalidade de responder as inquietações e dúvidas que cercam o tema, oferecer aos gestores, legisladores e pesquisadores um lastro até então não levado a público.

Não se trata de um estudo que discutirá a fundo o conceito de patrimônio, nem o papel do poder público em sua preservação, já que incursionar neste assunto estenderia demasiadamente a análise, retirando seu aspecto prático de oferecer elementos técnicos para a tomada de decisões sobre o bem patrimonial em tela. É suficiente o fato de sabermos que os preceitos orientadores da política de preservação ao patrimônio encontram-se firmes na Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 4.235/1999 e na Lei Municipal 5.932/2014, que institui o Sistema Municipal de Cultura.

Basicamente, as referências se concentram em processos administrativos, encontrados no Protocolo Geral da Prefeitura, os quais tratam da matéria e oferecem informações sobre os diferentes governos e suas tentativas – todas malogradas, ressalte-se – de recuperar o edifício histórico e devolvê-lo à população. Assim, foram consultados os listados abaixo:

- Processo 4.993/2001: Desapropriação da Fábrica de Sal
- Processo 3563/2003: Tombamento do antigo moinho de sal Cotellessa
- Processo 757/2009: Estudo para recuperação do Centro de Exposição Dom Helder Câmara

[1] Requerimento n.º 683/2015

- Processo 4500/2009: Dessalinização da Fábrica de Sal (Laudo do IPT)
- Processo 1791/2011: Pedido de inspeção técnica/Recuperação da Fábrica de Sal
- Processo 5535/2011: Recuperação do edifício da antiga Fábrica de Sal

Espera-se que pesquisa que segue nas próximas páginas cumpra seu papel de prover informações ao Chefe do Executivo, aos investidores do novo empreendimento, aos vereadores e à sociedade civil organizada. Recomenda-se uma leitura atenta para que se possa tomar a melhor decisão acerca da destinação da área.

2. DADOS RESUMIDOS

Descrição física do bem imóvel: Trata-se de um edifício industrial construído em 1898, localizado à Avenida Humberto de Campos, n.º 84, bairro Vila Mortari, Município de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo. O edifício mantém as características originais da arquitetura fabril do final do século XIX e início do século XX. Toda a alvenaria é constituída de tijolos aparentes de olaria, paredes de 70 centímetros de espessura, vãos em arco de descarga, entre outros aspectos destacáveis. Com a reforma e reconversão de uso realizada a partir de 2003, foram reformados os dois pavimentos superiores; paredes fora de prumo e instáveis foram restauradas ou trocadas utilizando técnica construtiva semelhante à original; galpões ou pavilhões reformados e reconvertidos em salas de exposição; etc. As plantas e cortes constam em planta arquitetônica anexada a esta diretriz de tombamento.

Características e histórico de uso: O edifício foi originalmente idealizado por três irmãos – Anacleto, Ottavio e Federico Maciotta, imigrantes italianos recém chegados ao Brasil, e utilizado como *Molino de Semole Fratelli Maciotta & C.* de 1898 a 1916; depois como moinho de fubá (Moinho Mortari), de 1916 até início dos anos 1930, também pelos italianos Giuseppe e Palaride Mortari; depósito de pólvora durante a Revolução Constitucionalista, entre setembro e outubro de 1932; fábrica de salitre durante a Segunda Guerra Mundial; depois fábrica de adubos e fertilizantes Miguel Adri e fábrica de seda em períodos incertos da década de 1940; moenda e refinaria de sal Carmine Cotellessa, de 1946 a 1996 e, finalmente, após desapropriação compulsória pela Prefeitura, em 2001, tornou-se o Centro Cultural e Educacional Ibrahim Alves de Lima, funcionando de agosto de 2004 a junho de 2009. Desde então, encontra-se desocupado e abandonado após recomendações de recuperação e descontaminação de uma das salas, pelo IPT.

Estado geral de preservação e conservação: Em vistoria recente, não foi observado nenhum trabalho de preservação e conservação por parte da Prefeitura – mesmo nas áreas que não foram afetadas pela contaminação do sal

– vale frisar, restrita a uma das salas do prédio (não se trata de uma contaminação geral). Mesmo com as recomendações do IPT, cujo laudo nunca atestou a necessidade de demolição por conta de riscos estruturais, houve um inexplicável abandono por parte da Prefeitura, que desde junho de 2009 deixou de fazer a manutenção do prédio. O resultado desse abandono foi a total depredação do patrimônio público, como comprovado em relatório fotográfico constante no anexo desta diretriz: elevador, louças sanitárias e divisórias internas destruídos, pichações, vidros quebrados, esquadrias, caixilhos e calhas completamente destruídos por ações de vandalismo, ação do tempo e, no caso da sala contaminada, pela corrosão do cloreto de sódio (sal). O abandono é flagrante e ao mesmo tempo incompreensível.

Referência a relatórios técnicos: Processo 3563/2003: Tombamento do antigo moinho de sal Cotellessa, Processo 757/2009: Estudo para recuperação do Centro de Exposição Dom Helder Câmara, Processo 4500/2009: Dessalinização da Fábrica de Sal (Laudo do IPT), Processo 1791/2011: Pedido de inspeção técnica/Recuperação da Fábrica de Sal, Processo 5535/2011: Recuperação do edifício da antiga Fábrica de Sal,

Pertinência e relevância do tombamento: Trata-se de bem patrimonial com inegável valor histórico e afetivo, com relevância cultural para a Estância Turística de Ribeirão Pires e para o Estado de São Paulo. Sua edificação, que já dura 117 anos, insere-se no contexto da imigração italiana no Brasil, surgimento de diversos moinhos – Moinho Inglez (1887), Moinho Fluminense (1887), Moinho Central (1900) e Moinho Santista (1905) –, instalação do Núcleo Colonial de Ribeirão Pires (1887) e início da industrialização do Estado São Paulo. São fortes os indícios de que, dos primeiros moinhos industriais de São Paulo, é o único que ainda se mantém com a estrutura arquitetônica original conservada, podendo também ser considerado o primeiro com a tecnologia da moagem por cilindro no estado.

3. LEVANTAMENTO HISTÓRICO

3.2. O MOINHO FRATELLI MACIOTTA

As referências até agora encontradas dão conta de que o imóvel popularmente conhecido hoje como 'Fábrica de Sal' data do final do século XIX. Neste período, Ribeirão Pires beneficia-se de intenso desenvolvimento, com a criação do Núcleo Colonial e a expansão da Estrada de Ferro:

> (...) [em 1898] Ribeirão Pires torna-se alvo de uma renovação para torná-la mais eficiente às demandas que lhe foram impostas pelo sistema produtivo industrial. Do ponto de vista de projeto, o sistema ferroviário foi revisto e se adaptou à cidade que iniciou seu processo de crescimento à margem do núcleo sede. A estação foi deslocada alguns metros abaixo, devido, supomos, à importância crescente da Estrada da Colônia (e Rua do Comércio), indicando a vocação da cidade para o abastecimento agrícola e industrial rural (FREITAS, 2008).

E assim surge o moinho de trigo:

> A esse maciço investimento urbano na área, acumulou-se a construção de um moinho de trigo às margens do pátio, em 1898, por uma sociedade de irmãos denominada Fratelli Maciotta que o projetam, na sua lógica fabril, vinculado completamente à linha férrea, estabelecendo-lhe um ramal próprio e uma plataforma. (FREITAS, 2008).

A empresa Fratelli Maciotta & Co., uma sociedade de capital ilimitado, fora lavrada no dia 1º de janeiro de 1891, em Gênova, a norte da Itália[2]. Federico, Anacleto e Ottavio, filhos de Cipriano Maciotta eram os proprietários. Federico, certamente o mais qualificado, fora designado como responsável pela Direção Geral da Fratelli Maciotta, e, em razão do cargo, detinha cota de 10% do capital.

[2] Medici, 1996.

5º La Società avrà la durata di
diciotto mesi (1) a partire dalla data
d'oggi, anche per lavori già appaltati
e non ancora incominciati; salvo
a prolungarla coll'accordo delle parti.
Resta però inteso che essa Società
sarà duratura per quei lavori
che fossero stati appaltati durante detto
periodo di diciotto mesi (2) fino
al compimento dei lavori stessi.
6º Resta inteso che saranno conta-
bilizzate anche le spese sopportate da
Federico e da Ottavio per gli appalti
anteriori.
Fatto in tre originali e ritirato uno
per ognuna delle parti le quali piena-
mente d'accordo si sottoscrivono.
Genova, 1 Gennaio 1891
Federico Maciotta
Anacleto Maciotta
Maciotta Ottavio

Figura 1: Folha final do documento de abertura de firma na Itália com assinatura dos três irmãos

A exemplo de outras empresas que se instalaram no Brasil na virada do século XIX para o XX, os irmãos Maciotta viriam em 1895 com objetivos de expandir negócios, impulsionados pelo que hoje chamamos de segunda Revolução Industrial, período que vai de 1870 a 1914, abrangendo a Europa e Estados Unidos.

No Brasil, o negócio familiar criaria suas raízes com os irmãos Maciotta e mais dois sócios: Giovanni Norza, de Piedicavallo, província de Biella, e Henrique Remorino, de Gênova. Dos irmãos Maciotta, Anacleto e Ottavio[3] residiam em São Paulo, e Federico vinha de Quittengo, na Itália, segundo tradução do contrato social de 29 de dezembro de 1897. Neste mesmo contrato, fica definida a finalidade da empresa:

---

[3] Sabe-se que nasceu em 1869 e faleceu em 1912 aos 43 anos.

> É constituída entre os acima indicados uma Sociedade em nome coletivo, que tem por fim a aquisição de um terreno nesta Cidade ou na sua vizinhança para o estabelecimento e exercício de um moinho para a moedura de frumento denominado na Itália "grano duro" para a produção e venda de sêmola e produtos semelhantes. (JUNTA COMERCIAL, 1897).

Em 27 de março de 1898, porém, um anúncio feito à praça informa que Eurico Remorino[4], responsável pela vigia técnica do moinho, deixava a sociedade e o "antigo negócio continuaria sob a mesma firma[5]", atendendo no

Ao commercio

Fratelli Maciotta & Comp. declaram que, de commum accôrdo, retirou-se da dita sociedade o sr. Eurico Remorino, livre e desembaraçado de qualquer onus; declaram mais que continuam com o mesmo negocio e sob a mesma firma de Fratelli Maciotta & Comp., em seu antigo escriptorio, na Associação Commercial, porta n. 5.

Frederico Maciotta.— Anacleto Maciotta.
—Ottavio Maciotta.— Giovanni Norza.
Concordo.— *Eurico Remorino.*

mesmo endereço, à porta nº 5 da Associação Comercial de São Paulo.

Federico Maciotta[6] exercia papel principal na sociedade. Era o responsável pela administração, correspondências, contabilidade e caixa do moinho. Antes, porém, trabalhou como servidor público, empregado como desenhista de 2ª classe da comissão de saneamento do Estado de São Paulo. Em julho 1897, ao ter sua licença de 30 dias indeferida pelo Governo, desligou-se do cargo, passando a atuar como profissional liberal. De início, oferecia serviços como perito agrimensor. Fluente em inglês, francês e italiano, prestava-se a fazer, além de medição de terra, estudos orçamentários, construções e liquidações de obras, atuando também como vendedor de casas, máquinas e materiais para construção. Morava no número 12 da rua Conselheiro Furtado, e, apesar da distância, atendia a chamados para o interior de São Paulo.

[4] Em documentos oficiais da empresa, aparece como Henrique Remorino.
[5] AO COMMERCIO. São Paulo: O Estado de S. Paulo, p. 2, n. 7070, mar. 1898. 4 p.
[6] Nome aportuguesado para Federico.

Somente em 09 de outubro de 1900 a firma comercial seria transferida de São Paulo e registrada com sede na praça de Ribeirão Pires[7], instalando oficialmente a *Molino di Semole Fratelli Maciotta & C*[8]. Imagina-se que operava desde 1899, enquanto aguardava a papelada tramitar na Junta Comercial de São Paulo.

Levantamentos apontam que um moinho rudimentar de uso doméstico havia sido construído na localidade ainda sob o Governo Imperial de Dom Pedro II, conforme consta em documentação particular da família Maciotta:

> [...] há referências da existência de um moinho anterior de origem desconhecida, na mesma área, de propriedade de Major Claudino Pinto de Oliveira[9], proprietário também de grande parte da região. [...] essa informação é identificada nos documentos que mostram a compra por parte da empresa formada pelos irmãos Federico, Anacleto e Ottavio Maciotta denominada Fratelli Maciotta & C. não apenas da área, hoje desmembrada, mas também de um moinho (CATP, 2003).

A transação de compra das terras (970.000 m^2) pelos Maciotta não foi feita diretamente com Major Claudino. Foram adquiridas de Torquato Alves e Malerba, que ainda pagavam as prestações ao Major[10].

A possibilidade de ser o Fratelli Maciotta o primeiro moinho do Estado de São Paulo foi veiculada pelo Diário do Grande ABC, em 1977:

> O velho moinho de trigo, o primeiro do Estado de São Paulo, construído pelos irmãos Maciotta, em 1898, continua existindo na Vila Mortari, em Ribeirão Pires. A capelinha Santo Antônio, erguida pela Igreja Católica Brasileira no alto de um morro, também. Moinho e capelinha são os principais marcos históricos do bairro, os mais comentados pelos moradores locais[11] (PMETRP, 2003).

Confundindo-se com a imigração italiana no Brasil e início da industrialização de São Paulo, o final do século XIX e início do XX foi um período em que os principais moinhos do Brasil surgiram. Eram a tendência dos

---

[7] PARTE COMMERCIAL. São Paulo: O Estado de S. Paulo, p. 3, n. 7991, out. 1900, 4. p.
[8] Do italiano, *semole* significa grânulo ou grãos e *fratelli*, irmãos; logo, Moinho de Trigo Irmãos Maciotta.
[9] Acredita-se que o Major Claudino Pinto de Oliveira seria o "Major Cardim", grafado incorretamente na toponímia registrada para o logradouro do bairro Vila Mortari, em Ribeirão Pires. No Diário Oficial da União de 14 de abril de 1897, Claudino Pinto de Oliveira aparece como capitão do 4º batalhão de reserva da Guarda Nacional da Capital do Estado de São Paulo.
[10] Medici, 1996.
[11] PMETRP. **Processo Administrativo 3.563/2003**. Ribeirão Pires, SP. fl. 15.

empreendimentos industriais daquele momento. A primeira fábrica de moagem do Brasil nasceu no Rio de Janeiro, em julho de 1887, no bairro da Gamboa, Rio de Janeiro. Pertenceu à The Rio de Janeiro Flour Mills And Granaries Ltd., razão pela qual ficou conhecido como "Moinho Inglez". O alvará foi emitido pela Princesa Izabel por meio de uma lei imperial. O prédio, porém, foi demolido. Logo em seguida, no mês de agosto de 1887, nasce o Moinho Fluminense, no bairro da Saúde, Rio de Janeiro, adquirido em 1914 pela Bunge & Co. Já na Província de São Paulo há no ano de 1883 apenas um registro encontrado no acervo d'O Estado de São Paulo sobre um moinho de trigo a vapor, com força de seis cavalos, inaugurado em Campinas, por cinco sócios italianos[12]. No final da década de 1890, surgem os moinhos com a tecnologia da moagem por cilindros mecânicos. Os mais expressivos foram o Moinho Central, de propriedade do Conde Francesco Matarazzo, construído nos idos de 1899, na região da Barra Funda, e inaugurado com pompa e presença de autoridades no dia 15 de março de 1900. O Moinho Santista, na região portuária de Santos, começou a ser construído em 1905 e passou a operar somente em 1907. Ribeirão Pires, por sua localização próxima à Serra do Mar e Capital, abrigaria aquele que pode ser considerado o primeiro moinho de cilindro do Estado de São Paulo: o Fratelli Maciotta. Talvez o único exemplar e testemunho existente de um período, com suas características arquitetônicas originais preservadas.

[12] De acordo com a fonte, a notícia da inauguração se deu no jornal *Gazeta*, porém, o acervo digitalizado da hemeroteca da Biblioteca Nacional compreende apenas o período de 1908 a 1944.

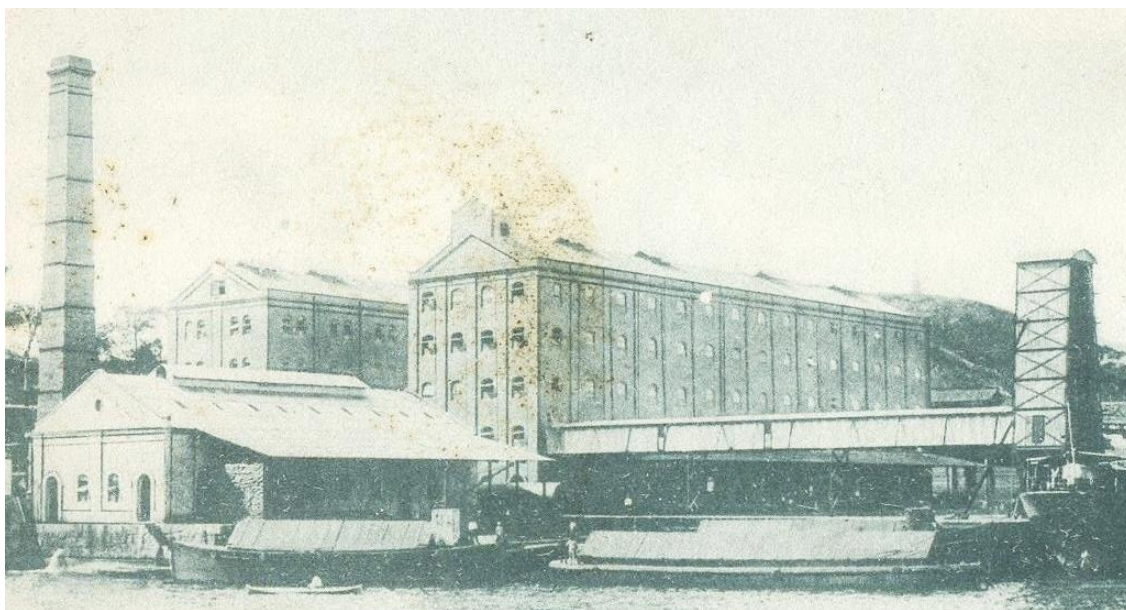



Figura 2: Moinho Inglez (Rio de Janeiro), considerado o primeiro de modelo industrial no Brasil, foi demolido. Google Imagens.

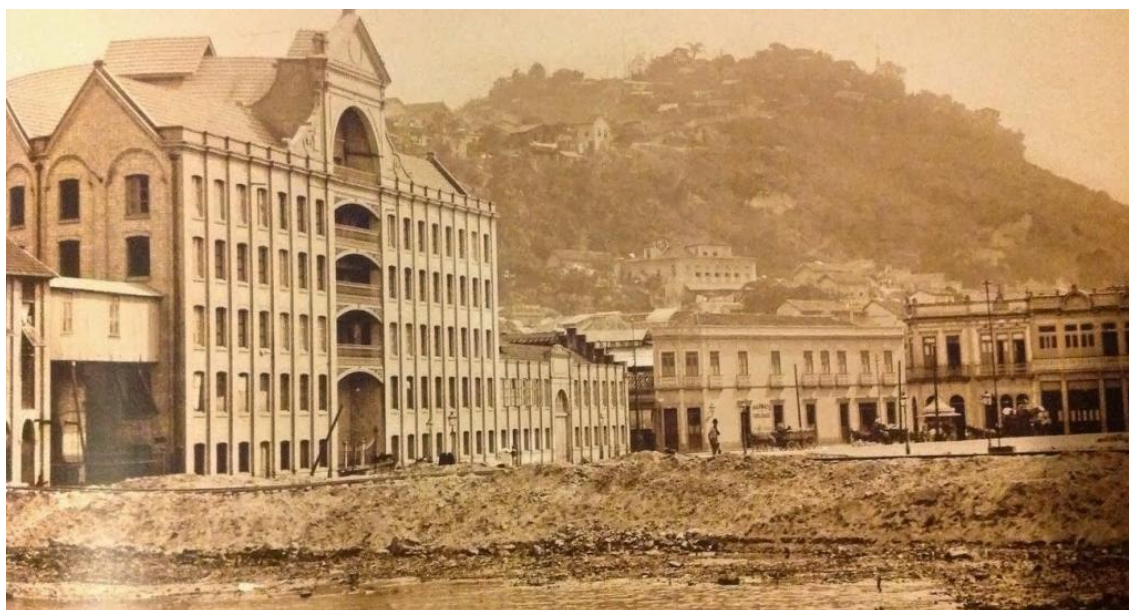



Figura 3: Moinho Fluminense (Rio de Janeiro), o segundo a vapor do Brasil. Assim como o Moinho Inglez, teve alvará expedido pela Princesa Izabel, em agosto de 1887. Tombado pelo IPHAN. Google Imagens.

Figura 4: O modesto Moinho Fratelli Maciotta, erguido em 1898, já funcionando como Moinho Mortari. Centro de Documentação Histórica de Ribeirão Pires, acervo iconográfico.

Figura 5: O Moinho Central, construído em 1899 e ativo a partir de 1900, nos primeiros anos da industrialização paulista. Google Imagens.

Figura 6: A imponente fachada do Moinho Central, implodido em 2012 na gestão Gilberto Kassab. Custo de 3,5 milhões em explosivos e a perda de um dos mais emblemáticos patrimônios industriais de São Paulo. Google Imagens.

Figura 7: Moinho Santista em foto da década de 1930, na região portuária de Santos. Foi construído em 1905 e passou a operar em 1907. Pertence à Bunge do Brasil. Google Imagens.

Embora houvesse nas terras de Claudino um moinho rudimentar para uso doméstico, é certo que a edificação até hoje existente em Ribeirão Pires foi projetada por Federico, que vislumbrava uma estrutura mais robusta para o seu novo empreendimento:

> [...] O novo edifício (Centro Educacional) foi edificado com base na planta de Federico Maciotta. A parte posterior do corpo do conjunto industrial e a chaminé foram erguidos para o estabelecimento de um moinho de trigo a vapor (CATP, 2003).

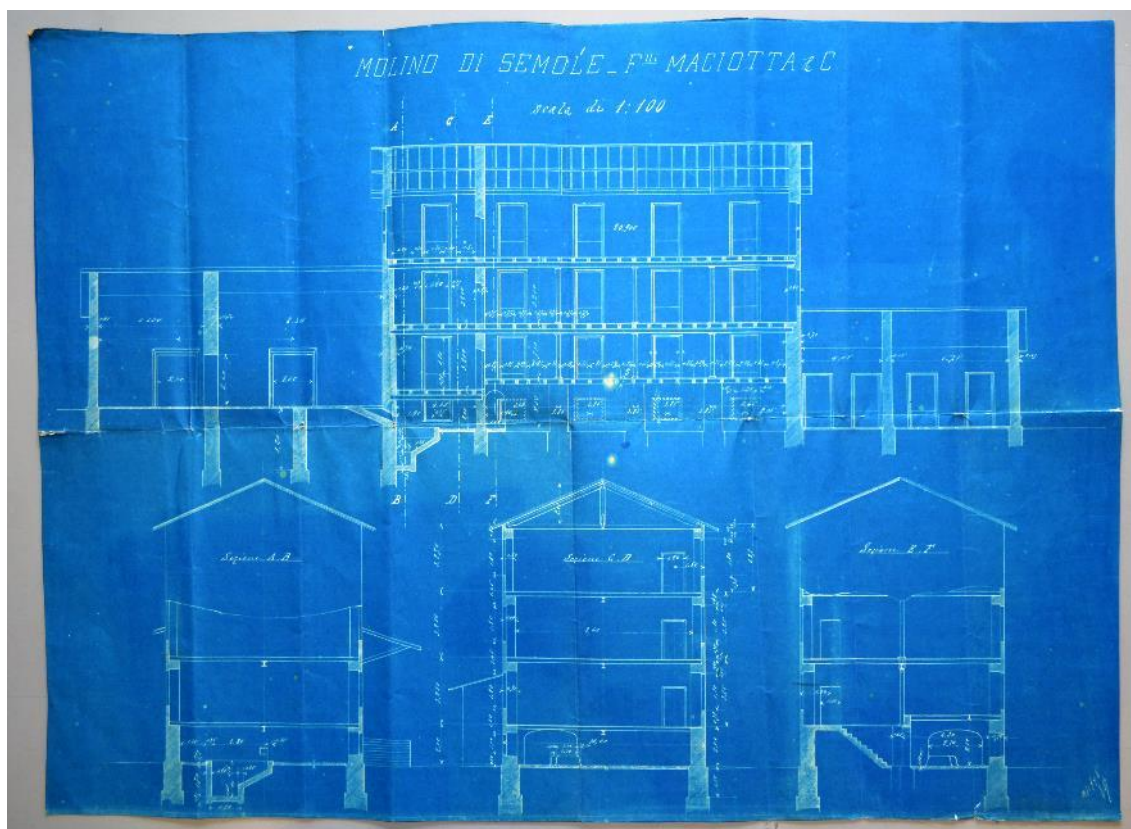



Figura 8: Cortes do edifício do moinho projetado pelo Engenheiro Federico Maciotta em 1898. Coleção Raul Maciotta.

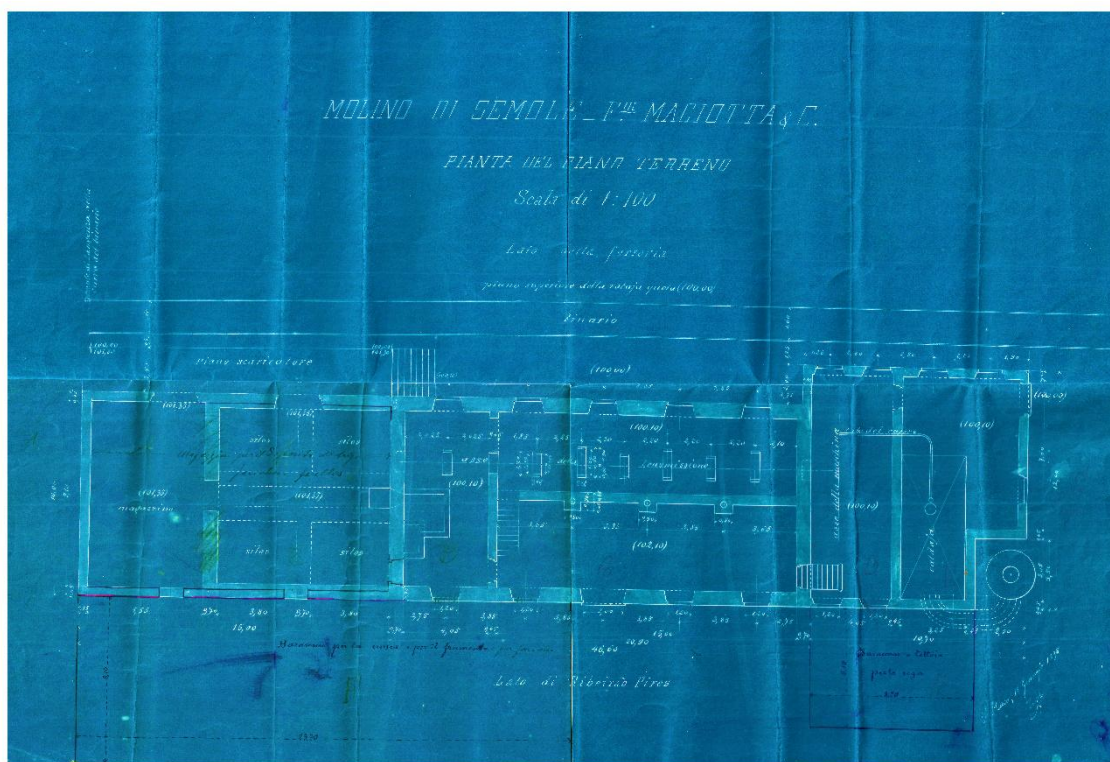



Figura 9: Reprodução da planta baixa do moinho, datada em 1º de junho de 1898. Coleção Raul Maciotta.

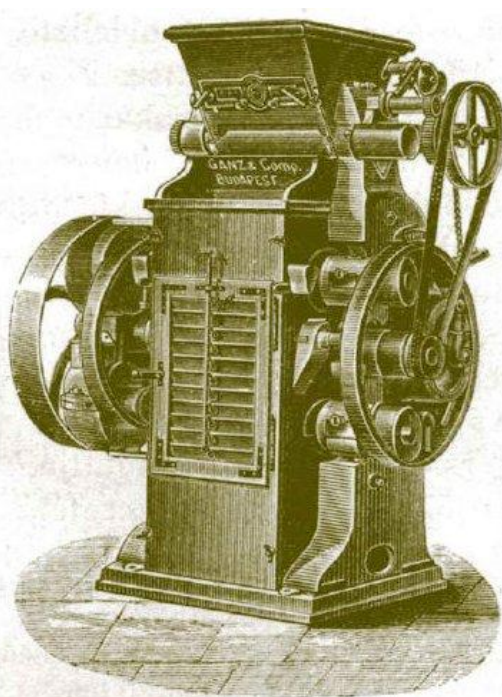



Figura 10.: Exemplo de dínamo que compunha a casa de máquinas do moinho. Ribeirão Pires não tinha energia elétrica e a luz do prédio industrial era gerada por esse tipo de equipamento. À direita, máquina de moenda de cilindro, fabricada pela Ganz & Co., utilizada no Moinho de Ribeirão Pires. O cilindro foi a principal inovação tecnológica trazida pelos Maciotta em um mercado ainda incipiente em São Paulo. Google Imagens.

Os Maciotta investiram 500 mil liras italianas para o novo projeto[13]. A edificação original formava uma área de 450m^2 (dentro de um terreno de 970.000 m^2), equipada com seis cilindros completos – caldeira, cilindro, pistão e condensador. A construção de alvenaria constitui-se basicamente de fundação de granito, tijolos de olaria aparentes, argamassa de cal, areia e pedregulhos. A cobertura, que já não existe mais, era de madeira – provavelmente com telhas nacionais.

O interior do moinho era dividido nas seguintes seções:

- **A:** Silos e Magazzino **–** Quatro compartimentos de 3,80m para depósito de grãos, farelos e farinhas.
- **B:** Sala sem identificação
- **C:** Asse della trasmissione – Onde ficavam os cilindros que faziam a moenda do trigo.
- **D:** Asse della machina – Sala de máquinas, onde ficavam os dínamos geradores de energia (na época não havia eletricidade em Ribeirão Pires).
- **E:** Caldaia e tubo dei vapore – Local onde funcionava uma caldeira.
- **F**: Baraccone per la crusca, per il frumento e per farina – pavilhão ou galpão onde ficavam o farelo, o trigo e a farinha.
- **G**: Forja – provavelmente ficava uma fornalha.
- **H**: Baracone o tettoia per la sega – provavelmente uma tenda ou construção rústica para serraria. As fotos comprovam que foi construída uma estrutura de alvenaria de tijolos.
- Chaminé
- Piano scaricatore – Uma plataforma de carga e descarga, medindo 10m x 2,50m, paralela à linha ferroviária.

O primeiro compartimento, formado por dois andares, era destinado à estocagem de trigo e farinha. Os sacos de farinha ficavam no piso térreo, cuja

[13] Medici, 1996.

saída, ao norte, dava para uma pequena plataforma ferroviária, onde eram carregados para os vagões e transportados. Neste período é criado o "ramal ferroviário exclusivo para o escoamento da produção" (CATP, 2003). No segundo andar, funcionava o depósito de trigo em grão. No segundo e maior compartimento, formado por três andares, funcionavam as máquinas de vapor para moenda. Já no terceiro compartimento, ficavam instalados os motores e um dínamo, cuja função era distribuir energia das máquinas e luz do prédio, em corrente alternada trifásica de 200V. Por fim, no quarto compartimento ficavam as caldeiras e a chaminé, que lançava a saída do vapor. Na planta original é possível observar a saída de tubulações da casa de máquinas conectadas diretamente à base da chaminé.

Sobre este período, lembra em depoimento o morador Walter Gallo:

> O prédio, entre 1900 e 1901, foi ampliado. Primeiro faziam fubá, farelo e depois faziam farinha de trigo também. Ficava fácil transportar a farinha, que vinha de Santos. (Havia) um desvio deles mesmo, que saía da ferrovia para transportar a farinha. (PMETRP, 2004).

Alguns moradores antigos costumam dizer que o moinho de Ribeirão Pires pertenceu a Giovanni Ugliengo – o Comendador João Ugliengo. Na verdade, Ugliengo foi primo dos irmãos Federico, Ottavio e Anacleto. Assim, como os primos, era natural de Gênova, Itália. Nessa região de Gênova e Turim, a presença dos Maciotta é inquestionável. Em Turim, por exemplo está localizada a "Casa Macciotta" (grafada em italiano com dois cês) e, que, curiosamente, é protegida como patrimônio arquitetônico daquela região. Ugliengo foi sócio dos Maciotta em Ribeirão Pires até 1904:

> Moramos em Ribeirão Pires até a década de 20. Papai começou a vida no Brasil mantendo sociedade com os Maciotta. Ficou à frente do moinho até 1904. Em 1905, com o financiamento dos Pugliesi, acompanhou a fundação, no Litoral, da Companhia Moinho Santista, onde chegaria a presidente. Durante muitos anos trabalhou em Santos mas continuou a residir em Ribeirão Pires. (MEDICI, 1996).

João Ugliengo, o mesmo que criou o asilo e depois externato Nerina Adelpha Ugliengo, até hoje existente em Ribeirão Pires, deixou o Moinho Fratelli Maciotta e passou a se dedicar à Sociedade Anônima Moinho Santista, onde fez história como fundador e presidente. Na ocasião de sua morte o anúncio

✝ A S/A MOINHO SANTISTA – Industrias Gerais – cumpre o doloroso dever de participar aos seus amigos e clientes o falecimento, ontem ocorrido, nesta Capital, de seu Fundador e ex-Diretor-Presidente

COM. JOÃO UGLIENGO

e convida-os para acompanharem o enterro, que será realizado hoje, ás 10 horas, saindo o feretro da rua Cardoso de Almeida 817 (Perdizes) para o cemiterio da Consolação.

Figura 11: Anúncio de 12 de março de 1961.

publicado no Estado de S. Paulo lhe deu as devidas honras:

Não se sabe ao certo, mas tudo indica que Federico Maciotta, tenha esgotado suas economias ou para comprar a área do Major Claudino – que se iniciava onde ainda se encontra a fábrica e terminava no ribeirão que dá nome à cidade –, ou para financiar o moinho. Uma outra hipótese é que o engenheiro passaria a investir em construção de estradas de ferro, o que exigia grandes quantias de empréstimo [14]. O anúncio abaixo mostra que Maciotta vinha investindo no prolongamento da Estrada de Ferro Funilense, que ligaria Campinas à região do Funil (estreitamento do rio Pirapitingui). As obras começaram em 1891 e, para depositar as garantias ao Estado, supõe-se que teria recorrido a mutuários.

[14] Maciotta tornou-se mutuário da Caixa Mútua de Pensões Vitalícias, criada em 1908.

*

O Thesouro do Estado vae restituir aos srs. Mario Rodrigues e engenheiro Frederico Maciotta as importancias dos depositos que fizeram como garantia das propostas para construcção de trechos do prolongamento da Estrada de Ferro Funilense.

*

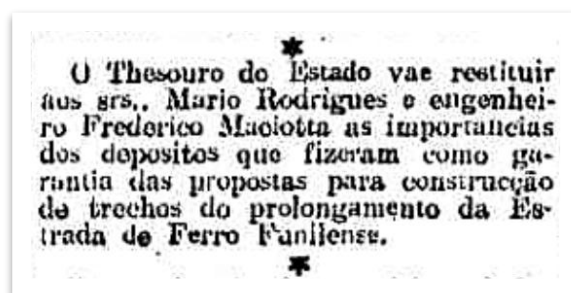



Figura 12: Anúncio no jornal O Estado de S. Paulo, em 20 de agosto de 1910

No decorrer da primeira metade da década de 1910, intensificam-se os anúncios de Federico no jornal O Estado de S. Paulo, oferecendo serviços diversos na área de engenharia, com residência ainda em Ribeirão Pires, indicando que o industriário buscava outras receitas para além de sua atividade no moinho. Já em setembro de 1916, voltaria a atender em São Paulo, na rua Quinze de Novembro, sob o número 45 e telefone 2.680.

FREDERICO MACIOTTA — Engenheiro Civil—Estradas de ferro e de rodagem, tunneis, pontes metallicas, cimento armado, abastecimentos de aguas, exgottos e mais melhoramentos municipaes, irrigações, forças hydraulicas, levantamentos tacheometricos, medições de precisão — Serviços, consultas, contratos — Attende a chamados. Residencia: Ribeirão Pires (linha São Paulo-Santos). Informações na cidade, com o dr. João Dente, rua S. Bento, 23.

Figura 13: Anúncio publicado no Estado de S. Paulo em 1914

Provavelmente o negócio dos Maciotta em Ribeirão Pires não estava gerando lucros suficientes para pagar os credores, razão pela qual em 05 de outubro de 1916 seus bens foram penhorados pela Caixa Mútua de Pensões Vitalícias[15]. Por não ter quitado o empréstimo a tempo, suas propriedades, estimadas em 120 contos de réis (120:000$000), foram vendidas em uma hasta pública[16]. Era o fim da sociedade Fratelli Maciotta & C. O texto do leilão informa

[15] As companhias mutuarias eram sociedades de economia privada que administravam depósitos de cidadãos desejosos de poupar, criar um pecúlio e receber, depois de alguns anos, uma aposentadoria. Dirigidas por banqueiros, industriais, profissionais liberais ou cafeicultores, concentraram grande volume de recursos, pois não havia então um sistema previdenciário estatal. Parte desses recursos foi com frequência aplicado na construção de vilas de casas de aluguel, além de também financiarem a venda de casas a seus sócios. (BOTELHO, 2007).

[16] Leilão judicial.

a extensa propriedade da família e oferece uma impressionante descrição da edificação à sua época:

> (...) quarenta alqueires de terras, dos quais, parte em matas e capoeiras, e outra em campo e em brejo, sendo que esta, em menor parte, tendo ditas terra os seguintes limites: por um lado, dividem com a Estrada de Ferro da S. Paulo Railway Company até o Ribeirão Pires; por outro lado, seguindo o Ribeirão Pires até a confluência do Ribeirão Grande, e daí em diante, dividem com terras de propriedade do major Catta Preta, até encontrar a estrada que vai ao Lazareto, e, por fim, até mais ou menos, à porteira da Ingleza[17], sendo tudo fechado com cercas de arame. Dentro dessas terras existem as seguintes propriedades: um grande edifício, onde se acha instalado o "Moinho de Ribeirão Pires, destinado à moagem de trigo (...) (OESP, 1916)

Raul Maciotta, bisneto de Ottavio, alega[18] que seu pai, Giulio, costumava contar que o negócio faliu mesmo por má administração, já que seus bisavôs viajavam muito e deixavam o moinho a encargo de subordinados. A saída de Enrico Rimorino e Giovanni Ugliengo agravaram ainda mais essa situação.

Os Maciotta eram notáveis engenheiros e empreendedores e em sua família havia também inventores. Ottavio, por exemplo, registrou, no ano de 1896[19], a patente 7.463, no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, o seu sistema próprio de prevenção de acidentes em estradas de ferro. Infelizmente esse espírito científico e busca pela inovação dos Maciotta foram vencidos pelo duro golpe das mortes de seus irmãos Ottavio e Anacleto e, logo em seguida, do leilão judicial de suas propriedades. Federico ainda sofreria no ano de 1914 outro intenso golpe com a morte de seu filho Guido Maciotta, com apenas nove anos. Sabe-se que, após esses acontecimentos, desistiu da vida de industrial e passou a viajar pelo mundo, até que finalmente retorna ao Brasil para viver em Campinas até 1930, ano em que faleceu. Seus restos mortais foram enviados para o Cemitério São José, em Ribeirão Pires, no jazigo onde repousam também sua esposa, filho e outros familiares.

---

[17] Trata-se de porteira localizada na atual Av. Santo André (antiga rua Albuquerque Lins), ao lado do primeiro ponto de ônibus da cidade.

[18] Informação verbal, 2016.

[19] Um ano após a chegada dos Maciotta ao Brasil.

Figura 14: Fotografia tirada na casa construída nas dependências do moinho. Vemos Federico, com seu habitual terno e cravo na lapela, Antonieta, sua esposa (sentada), Eugênia (de branco, em pé). Sentado com seu cachorro, Júlio Maciotta, filho de Ottavio. Sentada sobre o gradeamento de madeira da varanda, de vestido branco, uma mulher não identificada. Coleção Raul Maciotta.

Figura 15: Na escadaria de sua casa, construída por volta de 1914-1915, vemos Federico Maciotta, o primeiro sentado na escada. Antonieta, sua esposa, no alto, à direita, de roupa escura. Eugênia, viúva de

Ottavio Maciotta, falecido em 1912, mãe de Giulio Maciotta. Os outros dois homens não foram identificados. Coleção Raul Maciotta.

Figura 16: Jazigo de Federico e Guido Maciotta, no Cemitério São José (Ribeirão Pires). Foto do autor.

3.3. O MOINHO MORTARI

Com a venda das propriedades da família Maciotta, o moinho é adquirido por Giuseppe[20] e Palaride Mortari[21], este casado com Catarina Benedetti Mortari[22] e aquele com Emma Mortari. Filho de Alexandre Mortari, morto em

[20] Ficou conhecido, em Ribeirão Pires, como José Mortari, dando nome a uma rua localizada na Vila Mortari.
[21] Nascido em 16/12/1868 e falecido no ano de 1954.

[22] A única referência encontrada durante este estudo sobre Palaride Mortari é a que segue: "Esta casa (Companhia Palaride Mortari S.A.), fundada em 1904, é proprietária da Serraria Oriente, situada à Rua monsenhor Andrade, 124. A serraria ocupa uma área de 6.400 metros quadrados e está montada com todo os aperfeiçoamentos modernos. O seu maquinismo, acionado por um motor de Franco Tosi, de 100 hp, compõe-se de 20 máquinas que diariamente aprontam mais ou menos 20 metros cúbicos e madeira para construções, na sua maior parte nacional e alguma norte-americana. A Serraria Oriente tem obtido prêmios em diferentes exposições pelos seus trabalhos. Sobe a 60 o número dos empregados que ocupa em diversos misteres. O sr. Palaride Mortari é igualmente proprietário da Fábrica de Sabão sita à Rua Xavantes, 11, também premiada em diversos certames. Esta fábrica possui mensalmente cerca de 40.000 quilos daquele artigo, mas possui maquinismo suficiente para dar, se necessário for, até 200.000 quilos. O seu maquinismo é acionado por um motor da força de 10 cavalos. Esta fábrica, já antiga, foi adquirida, em 1894, pelos irmãos Mortari, que nela estabeleceram logo uma seção de importação de matérias-primas para seu gasto; e hoje fornece a diversas fábricas do Estado de São Paulo. Em 1907, ficou o sr. Palaride Mortari sendo o único proprietário da fábrica, a qual passou a girar sob a sua firma individual. Os depósitos, que

1919, os irmãos eram naturais de Poggio Rusco, na província de Mântua (Itália). Chegaram em São Paulo no ano de 1894, onde fundaram seu primeiro negócio familiar, uma fábrica de sabão. Logo, tornaram-se sócios na Fábrica de Tecidos de Lã Fratelli Mortari (Lanifício Mortari) e proprietários de diversos prédios e terrenos. Em anúncio de 1918, Palaride aparece como síndico da falência de Alfonso Baccelli, o que, em certa medida explica por que futuramente passaria a atuar no mercado comprando empresas que eram alvo de falência:

FALLENCIA DE ALFONSO BACCELLI

Aviso

Palaride Mortari, syndico da fallencia de Alfonso Baccelli avisa aos credores e demais interessados, que estará diariamente, de 13 ás 15 horas, no escriptorio de seu advogado infra assignado, á rua Direita n. 33, sobrado, para receber declarações de creditos e attender a quaesquer reclamações, e bem assim que as publicações referentes a esta fallencia serão feitas neste jornal e no "Diario Official" do Estado.

S. Paulo, 23 de Março de 1918.

P. p. de Palaride Mortari,

O advogado ADOLPHO NARDY FILHO.

Figura 17: Anúncio do Estado de S. Paulo no qual Palaride aparece como síndico de falência

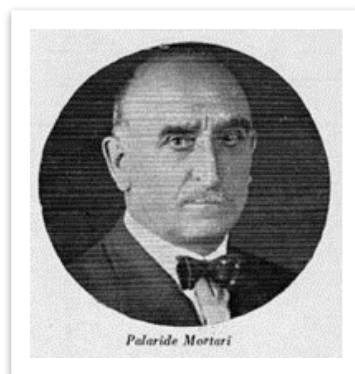



Figura 18: Palaride Mortari, em foto não datada

E seriam os irmãos José e Palaride que criariam naquelas instalações o *Moinho di Semole Mortari*, ou simplesmente Moinho Mortari. O negócio era

---

ocupam uma superfície de 14.000 metros quadrados, ficam à Rua Concórdia e estão em comunicação com a São Paulo Railway, por meio de um desvio duplo de 72 metros de comprimento". (NOVO MILÊNIO, 2009).

atrativo e seguiu funcionando até 1935[23], dando fim a um período de efervescência industrial que se iniciara nos idos da década de 1910 (MÉDICI, 2010), contexto em que Ribeirão Pires desempenhava importante papel no cenário regional:

> Em 1910, Ribeirão Pires posicionava-se em terceiro lugar na economia do Grande ABC, atrás de São Bernardo e Santo André, e ganhando dos demais povoados: Paranapiacaba, Rio Grande (da Serra), São Caetano, Pilar (Mauá) e Campo Grande. A fonte é o livro de escrituração dos impostos municipais de Indústrias e Profissões, aberto pela Câmara Municipal. Eram 113 empresas, entre comerciais, olarias, remetentes de lenha e carvão, produtores de leite, para citar as mais numerosas. Mas a Ribeirão Pires de 1910 tinha também um fabricante de cervejas, Jacintho Gaspari, e uma torrefação de café pertencente a Joaquim da Silva (MEDICI, 2010).

Sobre como o Moinho Mortari seria administrado desde sua compra, em 1916, até seu fechamento por volta de 1935, há pouco material a respeito:

> (...) desse período, quase não há referências, exceto pelas imagens, onde é possível identificar o considerável acréscimo ao programa industrial com a construção de benfeitorias anexadas ao corpo, primeiramente o galpão (...). Até o momento, não havia plataforma ferroviária, apenas um ramal livre. Além disso, A entrada principal de funcionários se fazia pela atual Avenida Santo André (antiga Albuquerque Lins), ao lado da chaminé (CATP, 2003).

Em seu clássico almanaque *Álbum de São Bernardo*, publicado em 1937, João Netto realiza um levantamento de empresas de Ribeirão Pires. No tópico "indústria", o autor cita a Fábrica de isoladores de porcelana Santo Antônio, dos irmãos imigrantes Turelli, a Serraria São José, da família de imigrantes Sortino, a fábrica de formicidas Pires & Cia. e a olaria de Pedro Del Corto, também imigrante. Curiosamente, note-se, o moinho, um dos mais antigos empreendimentos do município, é ignorado. Acredita-se que já estivesse desativado desde pelo menos 1935. Isso porque os Mortari centralizavam seus negócios em São Paulo. Eram empreendedores agressivos, fortes competidores, e atuavam em vários mercados, desde fábrica de sabão a moinho de trigo e de tecelagem a fabricação de correntes de ferro. A concorrência chegava às raias da deslealdade. Em 1934 foram acusados e processados por

[23] Segundo informações verbais de Octavio David Filho, "em 1935 o moinho estava desativado" (PMRP, 2004).

roubo de propriedade intelectual por copiarem a cama patente de Luiz Liscio. Além da cópia, o suplicante alegava que os Mortari propagandeavam a cama original como marca legítima da Cia. Palaride Mortari S.A. (OESP, 1934). Contudo, Palaride havia registrado patente, reivindicando a invenção de um modelo industrial de cama para competir com a Companhia de Luiz Liscio (marca líder), como informaria o Diário Oficial da União:

> (...) modelo de enxergão para cama: caracterizado por Longarinas 1 com travessas 2, de forma típica, uma tela metálica de malhas quadrangulares 3 presa por meio de molas espirais 4 com ganchos 5 e 6, e caracterizado mais _pelas cabeças salientes 7 dos ganchos que sobressaem dos lados externos da armação. ' 2 — Modelo de enxergão para cama, caracterizado mais por ser provido de uma tela composta de fios metálicos inteiriços aos pares presos nelas pontas de modo a se abrirem longitudinalmente em sentido divergente, formando as malhas da tela, substancialmente conforme descrito e representado no memorial e no desenho juntos. (DOU, 1934)

Palaride foi, além de um grande industriário e figura importante no desenvolvimento econômico de São Paulo, um filantropo reconhecido pela comunidade italiana. O portal italiano Lombari Nel Mondo lembra que:

> (...) [Palaride] Mortari foi um dos doadores mais generosos em favor do Hospital Umberto I, em São Paulo, e durante a I Guerra Mundial assinou um empréstimo de guerra de sete milhões, uma doação realmente enorme naqueles tempos, além de participar ativamente em todas as iniciativas que foram empreendidas em benefício de nossa comunidade nesses momentos tão difíceis. (LOMBARI NEL MONDO, 2010)

3.4. OUTRAS UTILIZAÇÕES

3.4.1. DEPÓSITO DE PÓLVORA (1932)

Segundo o arquiteto Rafael Perrone[24] (informação verbal, 2015), à época da reforma, o governo municipal criou uma comissão de pesquisadores formados por antigos moradores de Ribeirão Pires, membros do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural, membros do Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio e gestores da Secretaria de Educação. Os estudos dessa comissão revelaram que o edifício teria sido utilizado, entre julho e outubro de

[24] Rafael Perrone Arquitetos Associados Ltda., empresa responsável pelo projeto de reforma e reconversão de uso do antigo moinho em 2003.

1932, como depósito de pólvora para atender a Revolução Constitucionalista[25]. Recorrendo aos diplomas legais daquele ano, verifica-se que o Governador Pedro de Toledo publicou, em 11 de setembro, o Decreto 5.669 que criava o Departamento de Pólvora de Guerra, cujo objetivo era a "montagem de novas instalações para o fabrico de pólvora de guerra e aproveitamento de usinas particulares já existentes que se prestem para tal fim" (SÃO PAULO, 1932, grifo do autor). Mais à frente, o texto do decreto informa:

> "O Departamento de Pólvora de Guerra terá poderes para requisitar fabricas, máquinas e materiais, assim como contratar pessoal e dar outras providencias que se tornem necessárias para o preenchimento de seus fins. (idem, grifo do autor).

De acordo com Medici (1996), "os acontecimentos de 1932 tiveram reflexos muito grandes em Ribeirão Pires e região", motivando a criação de uma comissão formada por Dr. Virgílio Gola, Victor Palo, Abdala Chiedde e Doraciano Barbosa. Além da comissão, foi constituída a Cruz Azul de Ribeirão Pires e seu objetivo era dar retaguarda e amparo os voluntários constitucionalistas. Medici (1996) registra que "A Cruz Azul de Ribeirão Pires tinha a seguinte diretoria: Marianna Gola (presidente), Etelvina Turci (secretária) e Angelina Mann (tesoureira)".

Embora careça de comprovação, é possível que o antigo moinho já estivesse fora de atividade em 1932, e não a partir de 1935 como apontamos anteriormente, pois a participação de Ribeirão Pires na Revolução Constitucionalista não foi um evento corriqueiro.

3.4.2. INDÚSTRIA DE SEDA

De acordo com informações prestadas pelo morador Octavio David Filho[26], o Seu Tavico, funcionou nas instalações do Moinho Mortari, uma fábrica de seda, não durando mais do que um ano. Foram plantadas amoreiras em todo

[25] Francisco Monteiro, um jovem tintureiro, sargento da I Companhia do Batalhão Floriano Peixoto, morreu em combate justamente na Revolução Constitucionalista, em 26 de julho de 1932. Wanderley dos Santos registra em *História de Ribeirão Pires* (1973) que a cidade participou do conflito com vários voluntários.
[26] Presidente da Associação Pró-Memória de Ribeirão Pires. Informação verbal, 2015.

o terreno para a cultura e criação de sua matéria-prima, o casulo da lagarta da mariposa *bombyx mori* (bicho-de-seda). A informação de Octavio é procedente, pois entre 1939 e 1945, justamente no período da Segunda Guerra Mundial, o Brasil viveu um momento de grande efervescência do ramo da seda. É neste período que surgem as principais companhias nacionais deste setor: Indústria de Seda Fidasil S.A., Cia. Industrial de Sericultura (CIS) e Cia. Nacional de Sericultura, esta última em 1945. Essas indústrias tinham fomento direto do Estado:

> O crescente interesse na produção de seda natural também pode ser explicado pelos incentivos governamentais concedidos ao ramo. Dentre eles, destacam-se os planos de fomento à sericultura, que incluíram a distribuição de sementes de amoreira e de ovos do bicho-de-seda aos interessados; a concessão de empréstimos subsidiados às empresas, os quais estariam incluídos no próprio orçamento da União; e a liberação da exportação dos fios de seda natural. (LOUREIRO, s.d.)

O autor desse estudo afirma que entre 1937 e 1943, a produção de casulos domésticos havia crescido de 300 mil para mais de um milhão de quilos. E, no Estado de São Paulo, havia, no ano de 1937, sete milhões de amoreiras. Seis anos depois, elas já ultrapassavam 40 milhões[27].

Ainda que necessite de uma pesquisa documental mais aprofundada, é possível que o empreendimento da indústria de seda tenha sido iniciativa de José Mortari, então proprietário da Sociedade Anônima Lanifício Mortari[28], na Capital, cuja sociedade fora liquidada em 1918[29] por 132 mil contos de réis. A partir de 1924, ao que indicam os registros até agora encontrados, ocorre a fusão do Lanifício Inglez com a S.A. Lanifício Mortari, formando então o Lanifício Anglo Brasileiro S/A[30]. O registro, porém, fora lavrado antes na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 20 de maio de 1922[31]. A essa época, como apontamos, os Mortari já eram proprietários do antigo Moinho Fratelli Maciotta, que fora a leilão em 1916. Considerando a hipótese de o moinho ter operado até o ano de

---

[27] Op. Cit., 189.
[28] Localizado à Rua Catumby, 42, no bairro da Vila Maria Zélia, em São Paulo.
[29] O Estado de S. Paulo. **Notas e informações**. São Paulo, 04 de abril 1918, p. 03.
[30] Diário Oficial do Estado de São Paulo. **Publicações particulares**. São Paulo, 30 de janeiro de 1924, p. 32.
[31] Jucesp online. **Serviços online**. Disponível em http://www.jucesponline.sp.gov.br/. Acesso em 04 set 2015.

1935 – levando-se em conta que em 1932 pudesse estar desativado em razão do depósito de pólvora de guerra e a ausência de citação do moinho no *Álbum de São Bernardo* – acreditamos que a fábrica de seda relatada pelo Sr. Octavio tenha funcionado a partir de 1938, durante até 1939 apenas.

3.4.3. A FÁBRICA DE SALITRE

Sobre este uso dado à fábrica, há escasso registro. O que se sabe – e para este estudo registraremos como curiosidade para futuras pesquisas – é que, segundo Octavio David Filho, durante a Segunda Guerra Mundial, houve um período de escassez de sal. “Tinha uma companhia que trazia salitre do Chile e transformava em cloreto de potássio[32], que era o sal de cozinha. Isso durou pouco tempo”[33]. Até o momento, não encontramos maiores informações a respeito.

3.5. A FÁBRICA DE ADUBO MIGUEL ADRI

À exceção de relatos colhidos na própria cidade, pouco se sabe sobre a Fábrica de Adubos. Seu nome jurídico era Indústria de Colas e Fertilizantes Miguel Adri, e passaria a operar no prédio do moinho, provavelmente a partir de 1939 ou 1940, após a desativação da Fábrica de Seda. Miguel Adri, proprietário e presidente, se instalou em Ribeirão Pires pelos mesmos motivos dos Maciotta e dos Mortari: a posição privilegiada entre o porto de Santos e a Capital e a existência de um ramal da linha ferroviária facilitando o escoamento da produção. Em 1941, o produto era exportado para os Estados Unidos:

> “Pelo vapor americano ‘Mormacmail’, para Jacksonville: Miguel Adri. 2.601 sacos de adubos com 150.500 quilos, no valor de $5:522 (cinco mil quinhentos e vinte dois contos de réis)” (OESP, 1941)

[32] Na verdade, o cloreto de potássio é usado para finalidades médicas e farmacológicas. O sal de cozinha é o cloreto de sódio.
[33] Informação verbal, 2003.

Em estudo de 1962 sobre a importância das indústrias de adubo de São Paulo[34], a empresa de Adri aparece com a razão social de Indústria de Colas e

Indústria de Colas e Fertilizantes Miguel Adri — Ribeirão Pires

Figura 19: No livro "Relação das Empresas Misturadoras de Adubos Químicos do Estado de São Paulo", a Fábrica de Adubos aparece com uma razão social diferente

Fertilizantes, ainda com sede em Ribeirão Pires.

Sabe-se, porém, que foi fechada "devido ao mau cheiro que provocava"[35] transferindo-se para o município de Rio Grande da Serra.

> (...) se instalou ali uma fábrica de adubo (...) de matéria orgânica, feito de chifre e cascos de boi. Chamava-se Miguel Adri. Meu irmão trabalhou ali, na seção de contabilidade. O chifre e os cascos eram torrados e depois triturados para virar adubo. Exalava um cheiro terrível! Houve muita reclamação e mudaram-se para Rio Grande da Serra. Ficou novamente um período ocioso ali, sem nada. (PMETRP, 2004).

Ainda na década de 1960, já sediada em São Paulo, passaria a se chamar Indústria de Adubos e Inseticidas para Lavoura Miguel Adri S/A.

[34] Importância econômica e grau de desenvolvimento das empresas misturadoras de adubos no Estado de São Paulo. São Paulo: 1962. p. 18
[35] GALLO, Walter. Informação verbal. In: PMETRP. Processo Administrativo 5535/2011. Ribeirão Pires, SP. (folha 152).

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Imposição de multa à firma Indústria de Adubos e Inseticidas para Lavoura Miguel Adri S/A., de Ribeirão Pires — Processo n. 309.243-67 — PDV.

A firma Indústria de Adubos e Inseticidas para Lavoura Miguel Adri S.A., estabelecida em Ribeirão Pires, por infringencia ao disposto na alinea (a) do artigo 34, do Regulamento aprovado pelo Decreto Federal n. 50.146, de 27-1-61, foi imposta a multa de NCr$ 10,00 (dez cruzeiros novos), prevista no item II do artigo 44 do mesmo diploma legal, acrescida da importância proveniente das devidas publicações de edital, neste Diario Oficial do Estado.
(A Debitar) (18-19)

Figura 20:Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 18/08/1967 mostra anúncio no caderno do Poder Executivo que aplica multa sobre a Fábrica de Adubos. Note-se que o ano é 1967 e a indústria consta estabelecimento em Ribeirão Pires.

Figura 21: Em anúncio típico da década de 1950, vê-se a marca do produto anunciada como Adubos Camponês, o mesmo que era fabricado em Ribeirão Pires

3.6. O MOINHO DE SAL COTELLESSA

De acordo com o CATP (2003) “em 1946[36], a área torna-se de propriedade de Carmino Cotellessa[37], pois em São Paulo não havia mais espaço para a expansão dos negócios:

> Eles começaram a expandir na Rua dos Andradas. Lá não tinha condições de aumentar o armazém e o pessoal dos prédios estava reclamando por causa do pó de sal, que enferrujava tudo. Souberam dessa área aqui, em 1945. Fecharam o negócio. Viram que era muito bom o acesso da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí (EFSJ). O sal vinha de Cabo Frio de navio. Descarregavam e carregavam as galeras. Vinha umas predas grandes, parecia cristal. Era tão lindo! O sal vinha meio sujo, (...) em uns tanques. (...). Depois ia para o forno, (onde) torrava. Aí ia refinar, ia moer. Por isso saía fumaça, tinha que por filtro. Então, em 1946 nós viemos para cá: eu, minha mãe e meu pai. (PMETRP, 2004).

Em artigo publicado no Diário do Grande ABC, no ano de 1977, o jornalista Ademir Medici informa que:

> Walter Cotellessa, um dos seus diretores, diz que o moinho foi comprado há 25 anos de João N. Cruz, que, por sua vez, o havia comprado dos Mortari. O moinho tem hoje (1977) menos de 50 funcionários e quatro grandes pavilhões (DGABC, 1977).

Calculando-se os 25 anos da compra do edifício informada por Walter Cotellessa, chegamos a 1952 como data do início das atividades da Refinaria de Sal Carmino Cotellessa. Essa atividade vai transcorrer as décadas de 1960-70 sem maiores problemas. Na década de 1980, o negócio apresenta sinais de enfraquecimento, passando por dificuldades cada vez mais frequentes com as turbulências do cenário macroeconômico brasileiro até entrar em concordata e fechar as portas, definitivamente, em 1996:

> (...) como Indústria e Comércio C. Cotellessa S. A., é dado destaque ao refino de sal entre outros produtos, especialmente o Sal Refinado Rodolpho Valentino, até a década de 1980. Não se sabe ao certo se a construção do galpão e da plataforma ferroviária é desse período ou do anterior dado que externamente o galpão possui um painel construído em tijolos com a inscrição do nome da nova empresa, nem

[36] Alguns registros datam o ano de 1943. Ambas as datas parecem estar incorretas. O mais provável é 1952, como se verá mais à frente.
[37] Alguns grafam Carmine ou Carminio, mas o nome é o masculino de Carmem e corresponde a Carmo, em português.

é possível que essa informação seja comprovada nas imagens. (CATP, 2003)

Figura 22: Embalagem do Sal Refinado Rodolpho Valentino, produzido no Moinho Cotellessa.

O arquiteto Rafael Perrone chama a atenção para a descaracterização por qual passaria o prédio na era Cotellessa:

> (...) foram construídos, além dos anteriores, anexos realizados sem quaisquer critérios projetuais. Houve demasiado descuido técnico que provocou a descaracterização e deterioração das construções originais. Apesar da importância da fábrica no desenvolvimento da cidade, existem poucos registros que documentam a transformação do edifício. (GERGHI, 2012)

A partir da década de 1960, com a construção de galpões e piso elevado destinado à secagem da salmoura, percebe-se no local uma "mudança na técnica construtiva com a proliferação do uso do cimento, do concreto armado e do bloco pré-fabricado utilizados para fechar determinadas aberturas e revestir paredes externas e algumas internas" (CATP, 2003). Ao mesmo tempo, o ramal ferroviário é fechado e uma nova entrada é aberta, desta vez pela Avenida Humberto de Campos.

Com o encerramento das atividades fabris, o abandono do prédio ficou aparente e alguns galpões construídos pelos Cotellessa precisaram ser demolidos, porque já estavam condenados.

3.7. TENTATIVA DE TOMBAMENTO MUNICIPAL

No dia 26 de junho de 2003, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural, presidido pelo arq. Cláudio Aurélio, requereu ao Protocolo Geral da Prefeitura a abertura do processo de tombamento com base em um texto do Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio:

> (...) presença marcante há mais de um século na paisagem urbana do Município, essas construções industriais atestam o modelo de ocupação do território adotado na região suburbana de São Paulo, onde os espaços de trabalho e moradia se confundiam. Como referencial urbano adquire importância ainda maior por ter sido instalado em área lindeira ao antigo Núcleo Colonial de Ribeirão Pires, criado em 1887 e implantado no ano seguinte, além de localizado à margem da ferrovia, por onde chegava a matéria-prima e fazia-se o escoamento do produto beneficiado, tendo sito motivo de instalação de desvio ferroviário próprio. Fundamental para a compreensão da história do Município, sempre ligada ao trabalho, as antigas edificações são, também, importante componente da memória e da paisagem urbana de Ribeirão Pires e, consequentemente, de sua identidade. (PMTRP, 2003).

A Promotora de Justiça, Sr.ª Rosinei Horstmann enviou ofício[38] à Prefeita Maria Inês Soares, indagando se houve contestação por parte do proprietário acerca do tombamento provisório levado a efeito pelo Conselho de Patrimônio. Submetido a análise jurídica, o Procurador Geral do Município, Dr. Delmar dos Santos Candeia, afirmou entender que o processo de tombamento tratado nos autos nem sequer poderia ter sido iniciado, uma vez que se mostrou ilegal”[39] (idem):

> (...) as ilegalidades desde o nascedouro do suposto tombamento foram tantas e de tais envergaduras que somos forçados a concluir pela invalidade da decisão e, por consequência lógica, pela impossibilidade jurídica de produção de efeitos. (...) A despeito dos valores envolvidos e a preocupação sincera das pessoas, não podemos admitir que o interesse público encontra-se muito mais preservado quando, esquecendo-se dos seus deveres, os agentes da Administração atuam em dissonância com a norma posta. (idem).

[38] Ofício 60/2003
[39] p. 13

Em 15 de dezembro de 2003, o Conselho de Patrimônio decide prorrogar o prazo de instrução do Processo de Tombamento por mais 180 dias, nos termos da Lei 4.235/1999. No entanto, os autos param nesta data, não havendo mais nenhuma juntada de documentos e sendo posteriormente arquivado em 30 de setembro de 2011.

A informação veiculada na imprensa de que a antiga Fábrica de Sal (ou sua chaminé) foi tombada é improcedente e incorreta, posto que o ato administrativo não foi finalizado com o Decreto Municipal do Chefe do Executivo à época, e não foi sequer registrado no livro do tombo, que se encontra extraviado e investigado por sindicância.

3.8. REFORMA E RECONVERSÃO DE USO (2003)

A Prefeitura de Ribeirão Pires iniciou o processo de desapropriação do terreno ocupado pela antiga fábrica de sal em 2001. Dois anos depois, a área passou a receber os preparativos para abrigar um centro educacional. O escritório Perrone e Associados, dos arquitetos Rafael Perrone e Marcio do Amaral, responsável pelo projeto, recebeu um levantamento topográfico da área, contendo a antiga fábrica e seus galpões. A primeira visita ao local revelou a decadência e abandono em que os prédios se encontravam. A última ocupação do local – o refino do sal – contribuiu muito para sua deterioração. O madeiramento estava estragado e as estruturas de concreto corroídas, pois o ferro havia se oxidado. O núcleo inicial, que abrigava o antigo moinho, era todo feito de tijolos e estava no centro do terreno. Posteriormente, a ampliação das instalações encobriu a construção original.

Figura 23: Paredes internas do início das obras, 2004. Foto cedida por Rafael Perrone.

Figura 24: Rachadura aparente na chaminé que comprometia sua estabilidade foi sanada e permanece em pé até os dias atuais, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 25: Fachada com os primeiros sinais da recuperação arquitetônica,2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Com base em informações e documentos fornecidos pelo Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio e por uma comissão de antigos moradores de Ribeirão Pires, foi definido o que seria preservado e o que seria retirado. Dois novos prédios seriam construídos para abrigar uma escola e a Secretaria Municipal de Educação, mas o foco do projeto foi a edificação existente, por sua possibilidade de conservação e valor histórico.

Foi realizado um cadastro do que havia – a planta e as elevações de todas as paredes possíveis de abertura para avaliar o que poderia ser aproveitado da velha fábrica. O professor de alvenaria estrutura, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Luiz Sérgio Franco, foi contratado para dar um parecer sobre o que deveria ser mantido e a melhor forma de aproveitá-lo. Decidiu-se que algumas das intervenções realizadas pelos antigos donos no prédio original seriam mantidas e expostas, procurando resgatar e mostrar didaticamente a conservação do patrimônio. O objetivo principal do projeto era formar um centro educacional, voltado para a realização de múltiplas atividades.

Figura 26: Foto mostra a instalação de vigas de aço carbono resistentes à ação corrosiva do sal e até hoje permanecem firmes no local, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 27: Em outro ângulo, vigas que dão suporte ao pavimento superior encontram-se firmes após 11 anos da inauguração, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Ao longo de tantos anos de existência, o antigo moinho abrigou o desenvolvimento de várias atividades. A cada mudança de negócio, suas instalações eram ampliadas e adaptadas às novas necessidades. O prédio original foi o mais descaracterizado, mas o que melhor resistiu às investidas do tempo e mais apresentou condições para ser preservado.

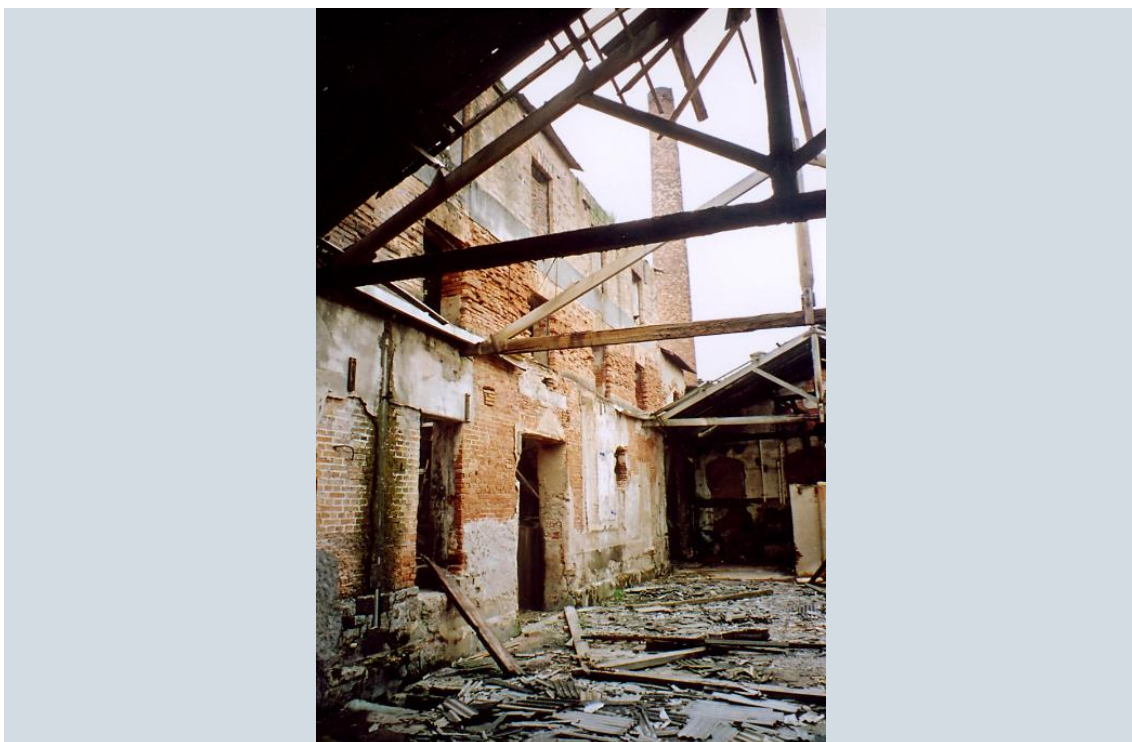



Figura 28: Foto de um galpão não original do antigo moinho, onde hoje é a entrada principal do edifício Dom Helder Câmara, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 29: Foto de um galpão não original do moinho onde foi construído o auditório do Centro Cultural, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 30: Foto da futura sala Prof. José Flávio Ginesi, que abrigaria exposições do acervo do Museu Histórico Municipal Família Pires, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Durante a execução da obra, procurou-se resgatar e manter muitas das características originais. Algumas partes foram refeitas com os próprios tijolos encontrados no local. Parte das paredes externas, que ainda estavam em boas condições estruturais foi incorporado ao projeto. Coberturas e estruturas internas foram reformuladas usando estruturas metálicas, fechamentos em painéis leves, pisos elevados etc.

Todo o cuidado foi tomado para não desagastar ainda mais as frágeis construções. O solo muito mole mereceu atenção especial. Para que não houve bate-estacas e trepidação no prédio da fábrica foram usadas estacas especiais do tipo raiz. Muitas coisas foram descobertas durantes a realização da obra. Por exemplo, os silos para armazenamento só foram encontrados quanto algumas das paredes foram demolidas.

Figura 31: Canteiro de obras, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 32: Pórtico do galpão reconstruído segundo características originais, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 33: Vista do conjunto em fase final da obra, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Referência urbana das antigas funções do moinho de trigo, a chaminé de alvenaria recebeu atenção especial durante a realização da obra. Encontrava-se fora de prumo e sua parte superior havia caído. Estava cercada de paredes e o maior temor era que, ao retirá-las, viesse a cair. A Prefeitura contratou, então a assessoria do especialista em construção de chaminés, Sr. Gerhard Abeling. Aprovada a remoção e demolidas as paredes envoltórias, foi descoberto um forno octogonal, embaixo da boca da chaminé – também recuperado como elemento histórico. Para fixar a chaminé, os engenheiros fizeram um cintamento em aço platinado para não alterar a cor dos tijolos. Uma vez que sua parte superior havia caído, o coroamento da chaminé foi restaurado segundo instruções de um especialista.

Figura 34: Foto do alto da chaminé sem o coroamento típico da arquitetura fabril do final do século XIX, que foi restaurada em 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 35: Base octogonal (forno) revelada após escavações e recuperada, 2004. O cintamento em aço platinado revela que a recuperação foi cercada de cuidados. Foto cedida por Perrone e Associados.

Figura 36: Foto mostra paredes construídas ao redor da chaminé, com rachaduras e fora do prumo, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

A reforma de 2003 inspirou-se em locais que passaram pelo mesmo processo, como o SESC Pompeia, a Pinacoteca do Estado de São Paulo e Parque das Ruínas do Rio de Janeiro. Na reconversão de uso, as características históricas são mantidas e as intervenções atuais são expostas didaticamente. Deste modo, proporciona-se ao usuário a percepção da própria história do prédio e das interferências que sofreu ao longo dos anos. Por exemplo, as estruturas metálicas que foram pintadas com cores diferentes para distingui-las da edificação antiga.

Figura 37: Vista aérea do canteiro de obras, 2004. Foto cedida por Perrone e Associados.

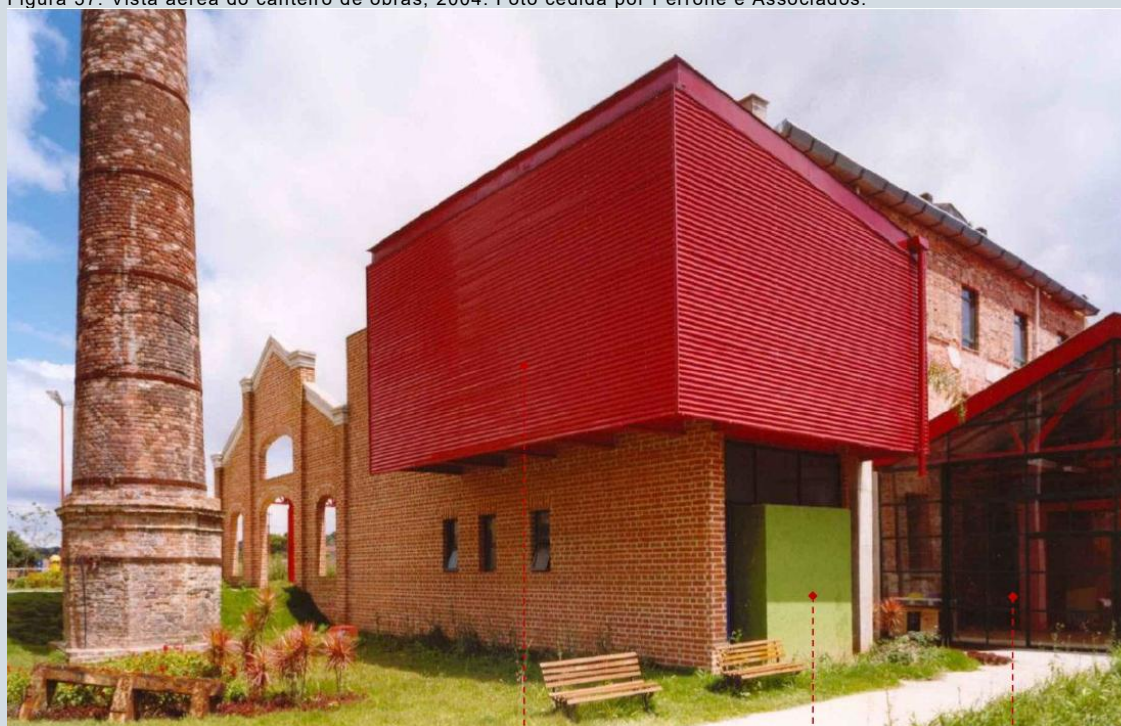



Figura 38: Perspectiva do Centro Cultural já inaugurado em 2004. Foto de Rafael Perrone.

205. Fachada frontal.

207. Fachada lateral – pavilhão 2 com destaque para a sala de aula em balanço.

Figura 39: Ângulos diferentes da fachada em 2004. Foto de Rafael Perrone.

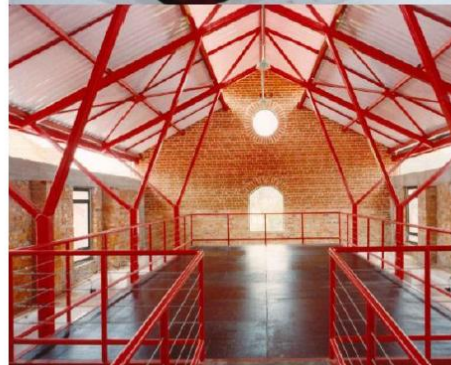
220. Passarela de acesso ao mezanino – pavilhão 2

221 e 222. Passarela de acesso ao mezanino – pavilhão 2

Figura 40: Foto do mezanino reconstruído no mesmo local em que funcionou o mezanino do moinho de trigo, 2004. Foto de Rafael Perrone.

3.9. INTERDIÇÃO

Em junho de 2009, a Prefeitura solicitou ao IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), um estudo sobre a situação do Edifício Dom Helder Câmara:

> (...) o prefeito Clovis Volpi (PV) anunciou que foi até o Governo do Estado para pedir uma inspeção, através do Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento, para o prédio Dom Elder Câmara, antiga Fábrica de Sal, por problemas na sua estrutura que se deteriora por conta do excesso de cloreto de sódio. (...) para esta inspeção Clóvis procurou pessoalmente o secretário de Desenvolvimento do Estado, o ex-governador Geraldo Alckmin, pedindo uma avaliação técnica sobre a dessalinização do local e possíveis alternativas para recuperação da área. Lembrando que no local funciona ainda a Biblioteca Municipal e uma Escola Municipal. (FOLHA, 2009).

Com a manchete “Volpi interdita Fábrica de Sal que se deteriora em pó”, o fato foi noticiado sem, entretanto, haver ato oficial formalizando a decisão do Executivo. Em seguida, ainda em junho, a Escola Municipal de Música seria transferida para o prédio 380 da avenida Santo André, deixando acessíveis, porém, os demais salões. Em dezembro daquele ano, o jornal FOLHA voltaria a publicar matéria sobre o caso, desta vez informando que a Prefeitura recebera o laudo conclusivo do órgão estadual:

> O IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo entregou oficialmente o laudo técnico sobre as reais condições do prédio Dom Elder Câmara na antiga “Fábrica de Sal” (...). O documento foi entregue na terça-feira, ao prefeito Clóvis Volpi (PV) pelas mãos do secretário de Desenvolvimento Econômico, Geraldo Alckmin e agora será analisado pela Administração, a fim de estabelecer os critérios para a restauração do espaço. Segundo Paulo Tarso, Secretário de Gabinete e Assuntos Estratégicos, os técnicos do IPT concluíram a análise técnica e agora o processo, contendo dois volumes, seguirá para análise da Secretaria de Obras de Ribeirão Pires, para só depois estabelecer o processo de revitalização. A Prefeitura informou que não é possível adiantar o teor do laudo, devido à complexidade do caso. A Folha apurou que o órgão recomenda, entre outras coisas a recuperação do solo do edifício. (FOLHA, 2009)

Técnico do IPT em visita técnica ao edifício Dom Helder Câmara.

Geraldo Alckmin, à época Secretário de Desenvolvimento do Estado entrega o laudo ao Prefeito Clóvis Volpi em 2009, na sede do IPT.

1.1. LAUDO DO IPT

Segundo o IPT, foram encontrados sais impregnados na estrutura, que ocasionaram a deterioração dos elementos metálicos, alvenarias e revestimentos, tornando necessária "uma nova intervenção com a adoção de materiais e técnicas construtivas que mitigassem o efeito deletério dos sais que contaminam as paredes". Assim, o trabalho do instituto consistiu em investigar a abrangência da contaminação e propor recomendações para a recuperação do edifício.

Atendido por meio do Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios (Patem/IPT), o município de Ribeirão Pires investiu R$ 19.122,35, cabendo ao Estado contrapartida de R$ 94.759,99. O valor do estudo ficou em R$

113.882,34. Informa o laudo que a área apresenta uma lista de problemas, assim expostos:

- Compactação (deformação) do solo;
- Infiltração e oxidação das esquadrias;
- Deslocamento de argamassa com pulverulência (poeira solta);
- Face à erosão salina, toda estrutura está em xeque;
- Bolor face à umidade;
- Trincas presentes nos vidros, portas e vitrôs;
- Vazamento constante nas instalações hidráulicas devido à ação de produto sedimentado por décadas no solo.

No que diz respeito à estrutura metálica, o diagnóstico alega:

- Falência do sistema de captação de águas pluviais devido à corrosão das calhas;
- Corrosão acentuada das esquadrias metálicas, eletrodutos e demais componentes metálicos, principalmente no núcleo original da edificação.
- Corrosão de partes das estruturas metálicas das coberturas e de sustentação do primeiro e segundo pavimentos;

No que diz respeito à alvenaria:

- Degradação dos tijolos da alvenaria original pela formação de eflorescência (pó esbranquiçado) e criptoeflorescência (cristalização de sais);
- Degradação dos tijolos e da argamassa de assentamento pela presença de sais e principalmente pela ação da água em abundância (falência do sistema de captação de águas pluviais).
- Delaminação da superfície dos tijolos por efeito da cristalização dos sais abaixo da superfície;
- Presença de crosta e cristais de halita– cloreto de sódio (NaCl) – nos tijolos;

- Mapa de Raio X comprovando abundância de sódio (Na) e cloro (Cl).

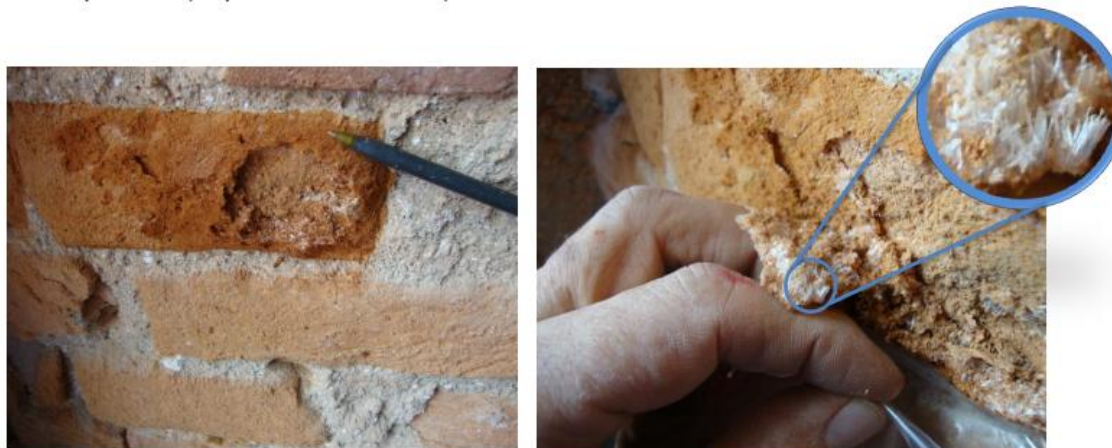



Figura mostra delaminação dos tijolos e criptoeflorescência (surgimento de cristais de cloreto de sódio)

Apesar da existência de problemas, o instituto faz as seguintes ressalvas que devem ser consideradas em um possível e indesejado projeto de demolição:

- **Não há ainda comprometimento estrutural**, mas reparos devem ser realizados para evitar o agravamento da corrosão e a estabilidade da estrutura (deve-se levar em consideração que este posicionamento é de 2009 e, de lá para cá, não foram executados os reparos recomendados);
- Em locais onde o elemento metálico está fixado com graute (preenchimento) o grau de corrosão foi baixo (portanto, acredita-se que os demais elementos metálicos do prédio podem ter graute como forma de bloquear a ação do sal);

Tais ressalvas foram reforçadas pelo Secretário de Obras e Planejamento Urbano, arqº Agostinho Gomes em seu Resumo das recomendações do Edifício Helder Câmara (PMETRP, 2009), descartando o risco de queda ou desmoronamento da estrutura:

- As alvenarias das paredes originais, assim como as novas e antigas (não originais) **não apresentam danos que indiquem redução significativa de resistência estrutural ou problema de instabilidade**;
- A chaminé não apresenta problemas quanto a residência estrutural ou de estabilidade;
- Quanto a estrutura metálica da cobertura e dos pavimentos superiores, não apresentam problemas significativo de redução de resistência ou de estabilidade, devendo, contudo, tratar de reparar a corrosão e de evitar seu agravamento, que poderá afetar as condições de segurança.

3.10. O ABANDONO

Em janeiro de 2009, a pedido do Gabinete do Prefeito, é aberto o Processo Administrativo n.º 757 que trata de estudos para recuperação do Centro de Exposição Dom Helder Câmara. Tomando como base o Laudo nº 17 505-301 do IPT, o Secretário de Obras, arq. Agostinho Gomes, elabora relatório sobre as intervenções necessárias para recuperação do edifício, como pisos,

caixa d’água, drenagem, águas pluviais, cobertura etc. Entre os pontos que merecem destaque, citamos:

- Chaminé:
    - Substituir cintas metálicas por novas com pintura adequada que a proteja do contato direto com os tijolos;
    - Reparar a argamassa em alguns pontos.
- Esquadria e elementos metálicos:
    - Substituição por esquadrias de PVC, fixadas por espuma de poliuretano;
    - Substituição de eletrodutos metálicos por eletrodutos rígidos de plástico;
    - Tratamento e recomposição de os apoios das estruturas metálicas;
    - Substituição de todos os trechos das estruturas metálicas por graute com baixa permeabilidade a cloretos;
    - Tratamento das armaduras de concreto que apresentem pontos de corrosão.
- Alvenaria:
    - Recomposição da face externa da alvenaria;
    - Recomposição dos revestimentos de argamassa e emprego de pintura com alta permeabilidade ao vapor;
    - Recomposição dos revestimentos da alvenaria com produtos hidrofugantes;
    - Retirada das paredes de concreto armado e abas do pavimento térreo, construindo-se uma nova estrutura

É aberto o processo de compra sob o nº 676 em 15 de janeiro de 2009 para contratação de empresa para reforma do Complexo Ibrahim Alves de Lima,

da ordem de R$148.951,36, entretanto, a reserva do recurso é cancelada em 10 de setembro do mesmo ano sem apresentação de justificativa.

Em janeiro de 2010, o jornal Folha volta a publicar matéria em que o Executivo, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma não haver risco de demolição do prédio:

> Segundo a Assessoria de Imprensa do Executivo, o laudo entregue no final de dezembro concluiu que as paredes de alvenaria novas e antigas, bem como a chaminé, não apresentam danos estruturais ou problemas de instabilidade. Portanto, o prédio não está condenado à demolição. Ainda segundo a Assessoria, o relatório recomenda que só volte a ter uso público depois de efetuada uma ampla reforma no sistema de águas pluviais, drenagem, cobertura, esquadrias, elementos metálicos, revestimentos, estrutura metálica, pisos e caixa d´água para conter e posteriormente isolar os efeitos corrosivos do sal que levaram à deterioração das instalações. (FOLHA, 2010)

Após um ano, a Prefeitura tenta buscar recursos federais para a recuperação do edifício Dom Helder Câmara, como noticiado na imprensa:

> O prefeito Clóvis Volpi (PV) e o secretário de Gabinete e Assuntos Estratégicos, Paulo de Tarso, protocolaram o projeto junto ao Ministério, através da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento de Turismo, que tem um programa de recuperação e revitalização do Patrimônio Histórico. (FOLHA, 2011)

O projeto foi registrado no Processo Administrativo 1.791 de 04 de março de 2011, que traz ofícios do Prefeito enviados à superintendente do IPHAN, Sr.ª Ana Beatriz Aryroza Galvão, sem, no entanto, ter a resposta juntada aos autos. Infere-se não ter havido resposta à solicitação do Prefeito.

Em 27 de abril de 2011, o Secretário de Juventude, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, Sr. Luiz Gustavo Pinheiro Volpi, encaminha justificativa para contratação de empresa especializada na emissão de laudos técnicos para recuperação do edifício Dom Helder Câmara. Vence o certame da licitação a empresa Altamisa Engenharia e Comércio Ltda., com sua proposta de R$99.700,00. Com um orçamento total de R$6.932.944,11, uma análise mais pormenorizada permite concluir que há itens da planilha dispensáveis em uma primeira fase. No entendimento deste CATP, a situação ideal face à degradação

visível do edifício seria a de priorizar o investimento em áreas críticas, como a descontaminação do sal e recuperação de toda a estrutura física.

Em 29 de maio de 2012, O Ministério Público do Estado de São Paulo da Comarca de Ribeirão Pires, requere ao Prefeito informações sobre a "atual condição do Centro Educacional de Ribeirão Pires"[40], arbitrando prazo de 30 dias para resposta. Isso porque, em 07 daquele mês, o Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEX), do MPSP, em ofício assinado pelo Procurador de Justiça. Sr. Nilo Smnola Salgado Filho, coordenador do CAEX, encaminha à Promotora de Justiça. Dr.ª Maria Cláudia Andreatta Hirt, um Informativo Técnico que tem como objetivo elucidar as dúvidas acerca do assunto. Assim, com base no Laudo IPT nº 17 505-301, conclui que:

a) A impregnação do cloreto de sódio ocorreu em razão dos cerca de quarenta anos de refino pela Indústria e Comércio C. Cotellessa S.A, portanto, preexiste à reforma de 2003;
b) O contrato nº 261/2003, referente à construção do Centro Educacional, indica haver por parte da Administração Municipal da época, conhecimento dessa impregnação, uma vez que no item D2-Materiais, do memorial descritivo, recomenda-se a utilização de aço de alta resistência à corrosão atmosférica;
c) As recomendações propostas pelo IPT devem resolver efetivamente os problemas decorrentes da impregnação de sal.

Em junho de 2012, o Secretário de Educação e Inclusão, Sr. Oswaldo Genofre informa ao Ministério Público que apenas o edifício Dom Helder Câmara está interditado devido a "condições inapropriadas para seu uso[41]" (PMTRP, 2011).

No dia 31 de julho de 2012[42], o Promotor de Justiça, Sr. Estevão Luís Lemos Jorge, encaminha ofício à Prefeitura requerendo saber se a

[40] Folha 78 – Processo Administrativo 1791/2011.
[41] p. 40.
[42] Ofício 392/12. Autos de I.C. nº 23/2007.

"municipalidade tem interesse de recuperação do prédio de acordo com as recomendações do IPT" (Idem, p. 40), no que é respondido pelo Prefeito[43]:

> "(...) o Município possui sim interesse na recuperação do prédio da antiga fábrica de sal, tendo inclusive contratado a empresa 'Altamisa Engenharia e Comércio Ltda.' Para elaboração de projeto executivo de recuperação do mencionado edifício (...). Todavia, conforme apurado pela empresa contratada, o valor total para recuperação do prédio ficou estipulado em R$6.949.999,67 (seis milhões novecentos e quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e sete centavos). Isto posto, ante o exorbitante valor fixado, o Município vem pleiteando junto aos Ministérios do Turismo e da Cultura, viabilidade para recuperação e efetiva utilização do edifício". (Idem, p. 50).

Em março de 2013[44], o Promotor Estevão Jorge volta a requerer informações sobre o interesse do Município em recuperar o edifício Dom Helder Câmara, no que é respondido pelo novo Prefeito, Sr. Saulo Benevides[45]:

> (...) Informamos a Vossa Excelência que o Município permanece com interesse na recuperação do prédio da antiga fábrica de sal. Todavia, conforme anteriormente mencionado a este D. Promotor de Justiça, o valor total para a recuperação do prédio ficou estipulado em R$6.949.999,67 (...), ou seja, inviável para o Município arcar sem o auxílio da verba do Governo Federal. (idem, p. 55-56).

Em junho do mesmo ano, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil apresenta à Secretária de Educação e Inclusão. Sr.ª Leonice Moura[46], um Parecer Técnico de Vistoria da antiga Fábrica de Sal, feito a pedido[47]. A Defesa Civil alegou que a vistoria foi realizada sem acesso à análise do IPT e demais estudos que porventura foram realizados e listou as principais observações:

- As paredes de alvenaria, novas e antigas não apresentam danos estruturais com possibilidade de risco de morte por desabamento;
- A estrutura metálica apresenta corrosão nos apoios;
- Elementos metálicos também afetados pela corrosão;
- Cintas metálicas na torre deterioradas;
- Umidade nas paredes;

[43] Ofício 474/12-mar
[44] Ofício 130/13
[45] Ofício 246/13-mar
[46] Memo DC. Nº 58/2013
[47] Ofício 0486/2013-SE

- Tijolos desgastados;
- Queda da argamassa e assentamento.

Recomendando como ação emergencial a reforma do prédio, o laudo da Defesa Civil conclui pela manutenção do espaço interditado, devendo o mesmo ser liberado após os reparos necessários, bem como a descontaminação do sal existente. Em cota datada em 18 de junho de 2013, informa a Secretária de Educação e Inclusão que “será realizado projeto de recuperação e reforma da área para ser encaminhado aos órgãos públicos federal e estadual para busca de recursos” (idem, p.62). O processo tramita para o Gabinete do Prefeito, aos cuidados do Sr. João Gabriel, que o devolve à Secretaria de Assuntos Jurídicos em dezembro de 2014. Em 13 de março de 2015 o processo tramita para o Departamento de Turismo e lá permanece até a presente data.

3.11. O PROJETO DO SHOPPING

Ainda em fase preliminar, o projeto apresentado pelo Executivo Municipal em 2015 prevê a demolição do edifício histórico e a preservação de elementos arquitetônicos que dão suporte à memória, como a chaminé. De acordo com o prefeito Saulo Benevides, a ideia é conciliar o patrimônio histórico a um empreendimento moderno. Assim, prevê-se a criação de um memorial dedicado à Família Maciotta dentro das novas instalações do Shopping Center. Os tijolos originais do prédio histórico serão coletados destinados à seção de arqueologia do Museu Histórico Municipal Família Pires. O prédio central, de 117 anos, seria demolido para dar lugar ao estacionamento do novo empreendimento.

Entretanto, a concessão do terreno precisa ser submetida à Câmara Municipal e encontra resistência por parte dos vereadores, já sondados por historiadores e memorialistas da região do Grande ABC. A área, desapropriada em 2001 pela Prefeita Prof.ª Maria Inês Soares, encontra-se em litígio na Justiça, pois o proprietário ganhou recurso contra a desapropriação compulsória levada a efeito naquele ano e exige revisão do valor de compra.

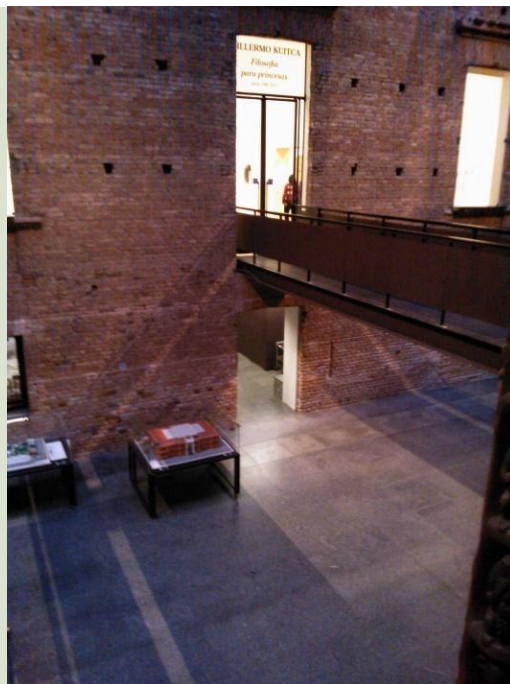
3.12. MODELOS DE DESTINAÇÃO

A exemplo do Centro Cultural Municipal Parque das Ruínas (Rio de Janeiro), o CATP propõe como destinação um equipamento cultural para visitação do público, sem atividades permanentes[48].

3.12.1. PARQUE DAS RUÍNAS (RIO DE JANEIRO)

[48] Recomendamos não haver atividades permanentes até a completa descontaminação do sal.

3.12.2. PARQUE DO CARAÇÁ – RUÍNAS (MINAS GERAIS)

3.12.3. PINACOTECA DO ESTADO (SÃO PAULO)

3.13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abrimos este último subtítulo lembrando que, mesmo instituído pela Lei Municipal 4.235/99, em nenhum momento, desde a interdição do edifício Dom Helder Câmara, ocorrida em 2009, este Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio foi consultado pela Prefeitura e seus órgãos gestores, situação essa que se normaliza a partir deste parecer técnico. É oportuno ressaltar que a reativação do CATP se deu com a Lei Municipal 5.889/2014, tornando possível a atuação conjunta de diversos profissionais que compõem o quadro funcional da Prefeitura em prol do patrimônio.

Do mesmo modo, é grave o fato de que os autos não mostram nenhuma consulta formal do Poder Executivo ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural, seja sobre sua decisão em intervir em um patrimônio notadamente histórico, seja para simplesmente solicitar pesquisas ou informações preliminares. Fazemos aqui um alerta para que os gestores atentem para a falta de transparência, a prática do gabinetismo e a centralização das decisões políticas. Este órgão técnico, assim como o conselho, se coloca à disposição para contribuir com estudos e esclarecer dúvidas.

Sobre o projeto da Administração Municipal, este órgão técnico <u>desaconselha</u> o Exmo. Prefeito a prosseguir com o projeto de demolição, por levar em consideração os seguintes pontos:

a) A Fábrica de Sal não é apenas um edifício ‘velho’, mas um conjunto arquitetônico cujo *status* de patrimônio histórico é inegável enquanto portador da memória que se confunde com a criação do Núcleo Colonial de Ribeirão Pires (1887), o surgimento da Estrada de Ferro, a própria imigração italiana no Brasil e o início da industrialização no Estado de São Paulo;
b) A Fábrica de Sal é patrimônio edificado e <u>testemunho não escrito</u> de um período da nossa história. No caso de Ribeirão Pires, a simples existência de sua arquitetura fabril remete a um período de grande efervescência produtiva em que a cidade buscava se

viabilizar como polo industrial na região do Grande ABC, justificando, inclusive, as duas chaminés presentes no brasão oficial de armas do Município. Portanto, o conjunto em si sempre foi um testemunho histórico. Hoje, com mais de um século de existência, adquire contornos de monumentalidade e ancianidade, podendo, sem sombras de dúvida, ser considerado um sítio arqueológico;

c) Ademais, não fossem suficientes os argumentos até agora apresentados, quando falamos da Fábrica de Sal estamos falando do primeiro moinho do Estado de São Paulo, construído ainda sob a recente República do Brasil pelos irmãos Maciotta e representando um exemplar arquitetônico raro que se mantém em pé há 117 anos;

d) O conjunto arquitetônico não porta apenas valor histórico, mas também paisagístico, uma vez que compõe a paisagem da nossa cidade, mesclando aspectos da vida operária à vida doméstica dos que aqui residem com a paisagem natural e o microclima serrano típico de Ribeirão Pires;

e) Faz-se também necessário considerar o valor afetivo do conjunto arquitetônico pela população, ainda mais quando é sabido que descendentes de Federico Maciotta (engenheiro que projetou o edifício em 1898) moram na cidade e exercem o mesmo ofício de seus avós;

f) A preservação do patrimônio material implica em preservar, ao mesmo tempo, o patrimônio cultural imaterial/intangível contido na memória da imigração italiana e na imensurável contribuição proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos entre os dois povos;

g) A demolição de elementos históricos torna a cidade anônima e sem referência ao seu próprio passado, configurando uma perda irreversível e irreparável;

h) A preservação da Fábrica de Sal enquanto patrimônio deve estar ligada diretamente a uma estratégia de turismo cultural sustentável em detrimento ao turismo de massa meramente contemplativo;

i) Por fim, é possível recuperar a Fábrica de Sal por meio de recursos anuais repassados pela verba estadual do DADE – destinado a estâncias turísticas – na ordem de R$4 milhões/ano. Considerando-se o valor de R$7 milhões, é possível fazer a restauração em duas fases.

Ainda que entendamos a necessidade de geração de postos de trabalho, com a vinda de novos empreendimentos à cidade, e o compromisso sempre louvável com desenvolvimento econômico e qualidade de vida dos munícipes, no que parabenizamos o Exmo. Prefeito, não podemos, por outro lado, deixar de ouvir o forte apelo da sociedade civil, que clama pela preservação da Fábrica de Sal. É ínsito a este órgão técnico propor medidas para a preservação do patrimônio, sendo estranho se fizesse o contrário. E, por parecer correta nossa avaliação, pedimos a vênia de aconselhar V. Exc.ª a realizar estudos mais aprofundados sobre o impacto desse projeto, que parece nascer tão impopular. Se levado a efeito, certamente ficará gravado na lembrança das futuras gerações.

Por tudo o que foi exposto, recomendamos um conjunto de ações levando-se em consideração dois cenários:

CENÁRIO I – DESCONTAMINAÇÃO E RECUPERAÇÃO

- Manter o prédio enquanto patrimônio cultural, ou seja, não demolir.
- Fazer gestão conjunta ao Condephaat/SP visando o tombamento e proteção do patrimônio como primeiro moinho e símbolo do desenvolvimento econômico de São Paulo;
- Refazer a memória do prédio original do moinho caracterizando sua forma, escala e desenho com relação à cidade;
- Alterar o nome do edifício de Dom Helder Câmara para “Engenheiro Federico Maciotta” (idealizador do prédio) ou para “Moinho de Trigo

Irmãos Maciotta" (se preferir aportuguesar) ou, ainda, Molino di Semole Fratelli Maciotta (se desejar preservar o nome original em italiano);

- Resgatar as características do prédio permitindo que, em alguns pontos sejam reconhecidas as marcas decorrentes de sua existência;
- Manter a chaminé como parte do conjunto arquitetônico e símbolo notoriamente reconhecido da arquitetura fabril;
- Evidenciar a relação com a Ferrovia e a história da The São Paulo Railway & Co., propulsora do desenvolvimento da cidade e das edificações industriais;

CENÁRIO II – SEM DESCONTAMINAÇÃO

- Realizar limpeza geral do prédio, interna e externa, refazer o paisagismo e reforçar a segurança do local;
- Remover apenas as estruturas de alvenaria recentes (banheiros, auditório, anexos), telhas e esquadrias de metal, mantendo as paredes originais de 1898 conforme planta constante do Processo Administrativo 5535/2011 desenvolvidas pela empresa Altamisa Engenharia e Comércio Ltda.;
- Realizar, ao menos, a movimentação de terra (valas ou fundações rasas) de 1,50m a 3,00m de profundidade (custo estimado de R$25.056,00) e a limpeza dos tijolos em toda a edificação (custo estimado de R$489.546,26) com técnicas de restauro; substituição de cintas metálicas com pintura adequada (custo estimado em até R$1.500,00)
- Manter o conjunto enquanto sítio arqueológico aberto (ruínas), sem atividades permanentes, devendo permanecer apenas a edificação, sem banheiros (transferidos para outra área próxima), sem elevador e sem acesso aos pavimentos superiores;
- Criar programa de monitoria para que o bem patrimonial, enquanto atração turística, faça sentido aos turistas e aos visitantes domésticos;

GALERIA DE FOTOS

Figura 42: Moinho Mortari na década de 1920 ou 1930. Na foto, o zelador do local, Sr. Humberto Maziero. No destaque da seta, o pórtico da entrada do Moinho restaurado entre 2003 e 2004.

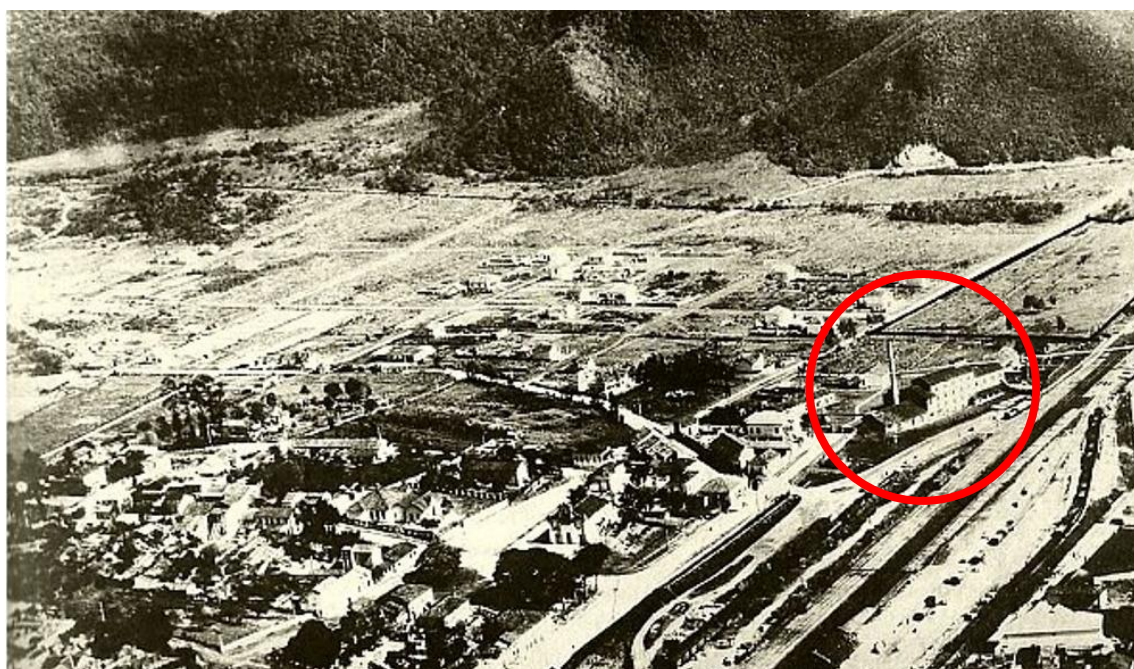



Figura 41: Vista aérea de Ribeirão Pires na década de 1920. Na paisagem, o Moinho Mortari. Foto cedida por Adalberto Almeida (Santo André).

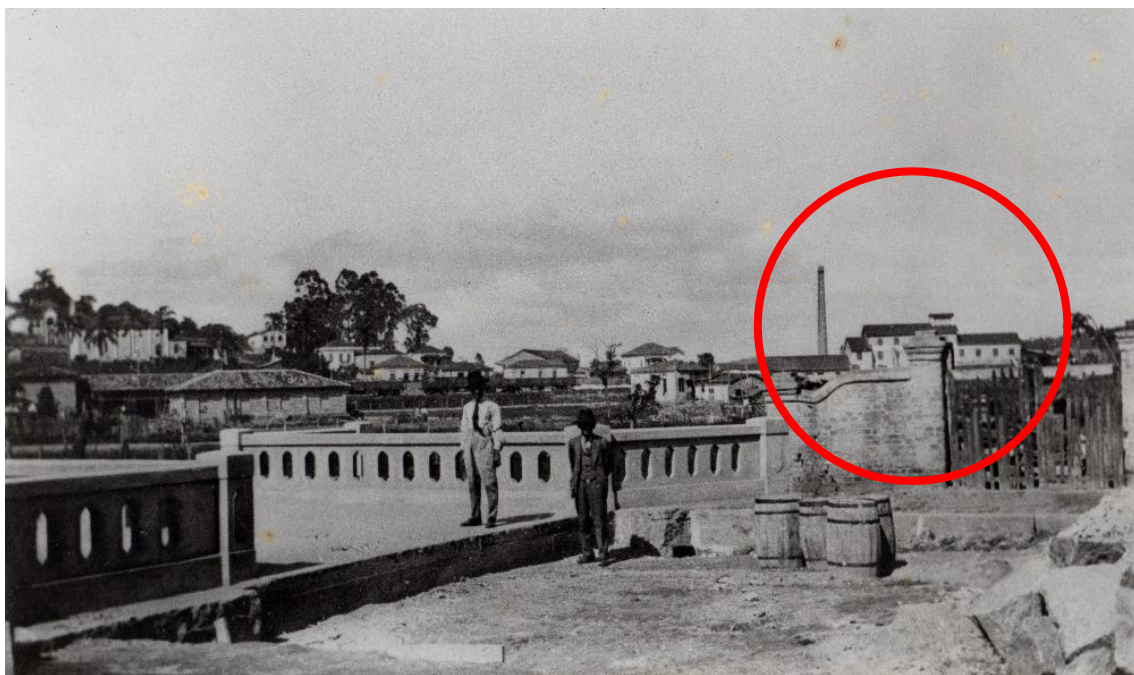



Figura 44: Vista geral do Centro de Ribeirão Pires em 1927, na antiga Ponte do Careca. Ao fundo, o antigo moinho.

Figura 43: Vista aérea do Núcleo Colonial, com o antigo moinho no canto superior direito.

Figura 45: Vista do Núcleo Colonial com o Moinho Mortari ao fundo, em foto de 1921. Acervo pessoal de Octavio David Filho.

Figura 46: O moinho já desativado e desocupado, em foto de 1998. Acervo pessoal de Osmar Carpinelli.

Figura 47: Início das obras em 2004. Na foto, recaracterização da fachada. À direita da fachada, é possível ver o pórtico original em que, na foto da década de 1930, aparece a placa 'Moinho Mortari'. Na seta branca o foco da contaminação do sal, que exige movimentação de terra e novo aterro. Verifica-se que a contaminação está localizada fora do prédio histórico (elipse), o que descarta sua demolição.

Figura 48: Foto de Júlio Maciotta, filho de Federico Maciotta, em matéria de 1977 do Diário do Grande ABC.

ANEXO - LISTA DE MOINHOS HISTÓRICOS DO BRASIL

Os primeiros do Brasil

1. **MOINHO A VAPOR PARTICULAR**, Antônio Gustavo Bijuderg (1819). Apenas um moinho particular e não uma unidade moageira industrial. Como são categorias diferentes, consta na lista apenas como registro.

2. **MOINHO "INGLEZ"**, Gamboa, Rio de Janeiro, RJ, julho de 1887. Pertenceu à The Rio de Janeiro Flour Mills And Granaries Ltd. Alvará emitido pela Princesa Izabel. Foi a primeira unidade moageira do Brasil. Demolido.

3. **MOINHO FLUMINENSE**, Saúde, Rio de Janeiro, RJ, agosto de 1887. Alvará emitido pela Princesa Izabel. Tombado pelo IPHAN. Fechado e com destinação incerta.

4. **MOINHO RIOGRANDENSE**, Rio Grande, RS, 1895. Pertenceu à Companhia Moinho Rio-Grandense, posteriormente Samrig (Sociedade Anônima Riograndense). Fechado.

Os primeiros de São Paulo

5. **MOINHO FRATELLI MACIOTTA**, Vila Mortari, Ribeirão Pires, SP, junho de 1898. (passando a operar em 1899). Pertenceu à Fratelli Maciotta & Co., posteriormente vendido em leilão para Giuseppe e Palaride Mortari. Encontra-se abandonado, em vias de demolição.

6. **MOINHO CENTRAL**, Brás, São Paulo, SP, 1899 (iniciando atividades em 1900). Demolido.

7. **MOINHO SANTISTA**, Porto Paquetá, Santos, 1905 (iniciou em 1907). Pertence à Bunge. Edificação histórica foi modernizada.

8. **MOINHO MINETTI GAMBA**, Mooca, São Paulo, 1910. Pertenceu à Grandes Moinho Gamba. Encontra-se fechado.

Outros estados

9. **MOINHO JOINVILLE**, Joinville, Santa Catarina, 1910 (iniciou em 1913). Pertence à Bunge. Encontra-se fechado.

10. **MOINHO RECIFE**, 1914. Pertence à Bunge.

11. **MOINHO BAHIA**, 1917. Pertence à Bunge.

ANEXO 2 – RELAÇÃO DE USOS DO ANTIGO MOINHO

1898-1916: Moinho de Trigo Fratelli Maciotta

1916-c. 1930: Semole Mortari

1932: Depósito de Pólvora de Guerra (Revolução Constitucionalista)

1938-1939: Fábrica de Seda

1940-1945: Fábrica de Adubos Miguel Adri

1952-1996: Indústria e Comércio de Sal C. Cotellessa S.A.

1997-2001: Inativo

2001: Desapropriação judicial pela Prefeitura de Ribeirão Pires

2003-2004: Obras de reforma e reconversão de uso

2004-2009: Centro Cultural / Escola de Música / Museu Municipal

2009-2016: Interditado pela Prefeitura de Ribeirão Pires

2016: Em processo de tombamento provisório pelo Condephaat

REFERÊNCIAS

BOTELHO, A. (2007). O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume.

CATP. (2003). Histórico do antigo Moinho de Trigo. Ribeirão Pires.

DOU. (23 de Agosto de 1934). Revista da Propriedade Industrial. Diário Oficial da União, p. 93.

FOLHA. (18 de Junho de 2009). (E. d. Menezes, Editor) Acesso em 24 de Agosto de 2015, disponível em Folha: http://www.folharibeiraopires.com.br/portal/exibeMateria.php?Volpi_interdita_Fabrica_de_Sal_que_se_deteriora_em_po-4723

FOLHA. (22 de Dezembro de 2009). Política. (E. d. Menezes, Editor) Acesso em 2015 de Agosto de 24, disponível em Folha: http://www.folharibeiraopires.com.br/portal/exibeMateria.php?Prefeitura_ja_tem_laudo_sobre_a_Fabrica_de_Sal-6359

FOLHA. (11 de Janeiro de 2010). Cidade. (E. d. Menezes, Editor) Acesso em 2015 de Agosto de 24, disponível em Folha: http://www.folharibeiraopires.com.br/portal/exibeMateria.php?Predio_da_Fabrica_de_Sal_continuara_em_pe-6371

FOLHA. (08 de Fevereiro de 2011). Cidade. Acesso em 25 de Agosto de 2015, disponível em Folha: http://www.folharibeiraopires.com.br/portal/exibeMateria.php?Prefeitura_busca_recursos_federais_para_recuperacao_da_Fabrica_de_Sal_na_Estancia-10199

FREITAS, P. M. (2008). A história da cidade como instrumento de projeto e intervenção: o Núcleo. Revista CPC, 69-101.

GERGHI, L. (2012). Estudo de caso - Centro Educacional - Ribeirão Pires - Brasil. Sobreposições de arquiteturas como forma de intervir no espaço urbano consolidado. São Paulo.

LOMBARI NEL MONDO. (1 de Dezembro de 2010). Palaride Mortari. Acesso em 25 de Agosto de 2015, disponível em Lombari Nel Mondo: http://portale.lombardinelmondo.org/articoli/storiaemigrazione/palamorta

MEDICI, A. (17 de Setembro de 2010). Ribeirão Pires, a terceira força econômica em. Diário do Grande ABC, p. 1.

NOVO MILÊNIO. (11 de Janeiro de 2009). HISTÓRIAS E LENDAS DE SANTOS - SANTOS EM 1913 - BIBLIOTECA NM. (L. T. W. Feldwick, Editor, R. Lloyd, Produtor, & Associação Comercial de Santos) Acesso em 25 de Agosto de 2015, disponível em Novo Milênio: http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g39e.htm

OESP. (20 de Janeiro de 1897). Notas e Informações. O Estado de S. Paulo, p. 4.

OESP. (5 de Outubro de 1916). Primeira Praça. O Estado de S. Paulo, 10.

OESP. (1918 de Março de 1918). Anúncio. O Estado de S. Paulo, p. 10.

OESP. (1934 de Janeiro de 1934). Editais. O Estado de S. Paulo, p. 8.

OESP. (6 de Fevereiro de 1941). Anúncio. O Estado de S. Paulo, p. 11.

OESP. (5 de Julho de 1950). Anúncio. O Estado de S. Paulo, p. 8.

Pedido de inspeção técnica - Recuperação da Fábrica de Sal - Edifício Dom Helder Câmara, 1791 (Prefeitura de Ribeirão Pires 04 de Março de 2011).

Prefeitura de São Paulo. (s.d.). Logradouros. Acesso em 19 de 08 de 2015, disponível em Arquivo Histórico de São Paulo: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/acervos/index.php?p=6974

Tombamento do antigo Moinho de Sal Cotellessa, 3563 (Prefeitura de Ribeirão Pires 26 de Junho de 2003).

NACIONAL, Arquivo. Coleção: Privilégios Industriais (PI): inventário analítico – índices / Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo;. 2ª. ed. rev. - Rio de Janeiro : o Arquivo, 2013. 751 p.

FREITAS, Pedro Murilo. A história da cidade como instrumento de projeto e intervenção: o Núcleo Colonial de Ribeirão Pires, um estudo de caso. Revista CPC, São Paulo, n. 6, p. 69-101, maio 2008/out. 2008

GERGHI, Luciana C. P. Sobreposições de arquiteturas como forma de intervir no espaço urbano consolidado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (Mackenzie). São Paulo: 2012. 194 f. sobreposições de arquiteturas como forma de intervir no espaço urbano consolidado Dissertação de mestrado.